

Direção-Geral das Atividades Económicas

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2013



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direção-Geral das Atividades Económicas

**Ficha técnica**

**Autoria:**

Direção-Geral das Atividades Económicas

**Data de edição:**

Abril de 2014



## GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

### *Unidades Orgânicas da DGAE*

DCCO	Divisão da Competitividade do Comércio e do Ordenamento
DCMIE	Divisão da Competitividade, Mercado Interno e Emprego
DDS	Divisão do Desenvolvimento Sustentável
DEAC	Divisão da Energia, Ambiente e Consumidor
DGDCC	Divisão da Grande Distribuição e dos Conjuntos Comerciais
DIPI	Divisão das Indústrias com Potencial de Inovação
DIPVE	Divisão das Indústrias e Projetos de Valor Estratégico
DOPTC	Divisão das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
DPCE	Divisão da Política Comercial Externa
DPEAE	Divisão das Políticas de Empresa e Auxílios de Estado
DPI	Divisão de Políticas de Inovação
DRAC	Divisão da Regulamentação e Acompanhamento do Comércio
DRAI	Divisão da Regulamentação e Acompanhamento da Indústria
DRASPCM	Divisão da Regulamentação e Acompanhamento dos Serviços e dos Preços Convencionados e dos Medicamentos
DREBM	Divisão das Relações Económicas Bilaterais e Multilaterais
DSCAEI	Direção de Serviços da Coordenação dos Assuntos Europeus e Internacionais
DSCD	Direção de Serviços do Comércio e Distribuição
DSCI	Direção de Serviços do Comércio Internacional, das Relações Bilaterais e Multilaterais
DSI	Direção de Serviços da Indústria
DSICE	Direção de Serviços da Inovação e Competitividade Empresarial
DSPSS	Direção de Serviços dos Preços e Serviços e da Sustentabilidade

### *Outras siglas internas*

ASSDIR	Assessoria à Direção
NAT	Núcleo de Apoio Transversal

### *Outras siglas e acrónimos*

ACL	Acordos de Comércio Livre
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIP	Associação Industrial Portuguesa
AMA	Agência para a Modernização Administrativa
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APEL	Associação Portuguesa de Editores Livreiros

APPSF	Associação Portuguesa dos Profissionais do Sector Funerário
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
BdE	Balcão do Empreendedor
CCI	Câmara de Comércio e Indústria
CCRA	Comissão Consultiva de Responsabilidade Ambiental
CE	Comissão Europeia
CICL	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
CNDH	Comissão Nacional de Direitos Humanos
COMAC	Comissões de Autorização Comercial
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DCIAP	Departamento Central de Investigação e Ação Penal
DGAV	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária
DGC	Direção-Geral do Consumidor
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DRE	Direções Regionais de Economia
DSIFAE	Direção de Serviços de Investigação da Fraude e de Ações Especiais
ECO-AP	Plano Nacional para a Eficiência Energética na Administração Pública
ENAAC	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
EPAL	Empresa Portuguesa das Águas Livres
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
EU	União Europeia
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
GAN	Grupo de Alto Nível
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GT	Grupo de Trabalho
IAPMEI	Agência para a Competitividade e Inovação
IMI	Sistema de Informação do Mercado Interno
INA	Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde
LZ	Licenciamento Zero
ME	Ministério da Economia
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MODCOM	Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PARCA	Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PRES	Presidência
PT	Portugal
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
RJACS	Regime Jurídico da Atividade Comercial e de Serviços
RJUE	Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
SBA	Small Business Act
SCE	Sistema do Comércio de Emissões



SEAE	Secretário de Estado Adjunto e da Economia
SEIIC	Secretaria de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade
SG/ME	Secretaria Geral do Ministério da Economia
SER	Responsabilidade Social das Empresas
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SIGI	Sistema de Informação de Gestão de Incentivos
SIR	Sistema da Indústria Responsável
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UO	Unidade Orgânica
ZER	Zona Empresarial Responsável



## ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

## QUADROS

Quadro I	Objetivos do QUAR-2013
Quadro II	Taxa de realização dos objetivos
Quadro III	Taxa de concretização dos parâmetros
Quadro IV	Taxa de realização final
Quadro V	Recursos Humanos
Quadro VI	Entrada de trabalhadores
Quadro VII	Saída de trabalhadores
Quadro VIII	Estrutura da despesa em 2013
Quadro IX	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços da Indústria (DSI)
Quadro X	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços da Indústria (DSI)
Quadro XI	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio e Distribuição (DSCD)
Quadro XII	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio e Distribuição (DSCD)
Quadro XIII	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços dos Preços e Serviços e da Sustentabilidade (DSPSS)
Quadro XIV	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços dos Preços e Serviços e da Sustentabilidade (DSPSS)
Quadro XV	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços da Inovação e Competitividade empresarial (DSICE)
Quadro XVI	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços da Inovação e Competitividade empresarial (DSICE)
Quadro XVII	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços da Coordenação dos Assuntos Europeus e Internacionais (DSCAEI)
Quadro XVIII	Atividades não previstas, realizadas pela Direção de Serviços da Coordenação dos Assuntos Europeus e Internacionais (DSCAEI)
Quadro XIX	Atividades previstas, realizadas pela Direção de Serviços do Comércio Internacional das Relações Bilaterais e Multilaterais (DSCI)
Quadro XX	Atividades previstas, realizadas pela assessoria à Direção (ASSDIR)
Quadro XXI	Atividades não previstas, realizadas pela assessoria à Direção (ASSDIR)
Quadro XXII	Atividades previstas, realizadas pelo Núcleo de Apoio Técnico (NAT)
Quadro XXIII	Atividades não previstas, realizadas pelo Núcleo de Apoio Técnico (NAT)
Quadro XXIV	Nível de realização das atividades previstas
Quadro XXV	Avaliação do sistema de controlo interno



---

Quadro XXVI	Resultados apurados no inquérito de satisfação
Quadro XXVII	Efetivos por grupo de pessoal, segundo a modalidade de vínculo e género
Quadro XXVIII	Efetivos por grupo de pessoal, segundo o escalão etário e o género

---

## GRÁFICOS

- Gráfico 1 Taxa de realização global dos objetivos
- Gráfico 2 Percentagem de efetivos por género
- Gráfico 3 Efetivos por escalão etário



## INDICE

<b>GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>3</b>
Unidades Orgânicas da DGAE .....	3
Outras siglas internas .....	3
Outras siglas e acrónimos .....	3
<b>ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS .....</b>	<b>6</b>
<b>I. NOTA INTRODUTÓRIA .....</b>	<b>9</b>
1.1 Breve análise conjuntural .....	10
<b>II. AUTOAVALIAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
2.1 Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados .....	12
2.2 Análise dos recursos utilizados .....	15
2.2.1. Recursos humanos .....	15
2.2.2. Recursos financeiros .....	16
2.3 Atividades realizadas, previstas e não previstas no Plano de Atividades, e resultados alcançados.....	18
2.4 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados ou com resultados insuficientes .....	88
2.5 Avaliação do sistema de controlo interno .....	89
2.7 Audição das chefias intermédias e demais trabalhadores na autoavaliação .....	93
<b>III. BALANÇO SOCIAL.....</b>	<b>95</b>
<b>IV. AVALIAÇÃO FINAL .....</b>	<b>98</b>



## I. NOTA INTRODUTÓRIA

Este é o Relatório de Atividades correspondente ao primeiro ano do signatário como dirigente máximo da organização. Foi elaborado com a participação de todos os dirigentes da Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE) e com a grande maioria dos quadros técnicos através dos instrumentos de gestão implantados durante o ano de 2013. Neste ano, com a entrada dos novos dirigentes superiores, foi dada particular atenção à implementação de novos métodos de trabalho, com o aumento da comunicação dentro desta Casa, com o aumento da participação de todos na Gestão e na Produção de Pensamento.

De alguma forma, tratou-se da implementação de uma nova cultura com a introdução de uma nova dinâmica e novas formas de responsabilidade. Não é fácil mudar a cultura de uma organização, mas estamos certos de estar no bom caminho. Fazer, em tempo e com qualidade, deverá passar a ser a divisa desta Direção Geral aplicada quotidianamente. Os primeiros passos estão dados e já estão refletidos no presente trabalho.

14 de abril de 2014

Artur Lami  
Diretor Geral

## 1.1 Breve análise conjuntural

A atual equipa dirigente da DGAE (Diretor-Geral e Subdiretora-geral) iniciou funções em 1 de fevereiro de 2013, após procedimento concursal lançado pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP), por solicitação de Sua Excelência o Ministro da Economia e Emprego, no último trimestre de 2012.

Nestas circunstâncias, quando a atual equipa dirigente tomou posse, o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e o Plano de Atividades para 2013 já tinham sido elaborados e o orçamento da DGAE encontrava-se aprovado. Deste modo, foi tomada a opção de não introduzir repentinamente medidas que impedissem o processo normal dos trabalhos que vinham sendo efetuados.

Assim, nos primeiros meses de 2013, os novos dirigentes superiores optaram por conhecer a organização, os seus dirigentes intermédios e respetivas atividades e, só depois, introduzir novos instrumentos de controlo de gestão.

A introdução desses novos métodos de gestão teve como objetivo mobilizar os dirigentes intermédios e os restantes trabalhadores para uma renovação dos métodos de gestão. Foi também necessário efetuar mudanças nos métodos de trabalho. A nova filosofia baseou-se nos princípios da decisão pelo Conhecimento, Cooperação, Colaboração, Liderança, Organização e Responsabilidade/prestação de contas (*accountability*).

Com vista a explicar a nova forma de gestão realizaram-se diversas reuniões com todos os dirigentes intermédios.

Logo em março de 2013, realizaram-se diversos seminários em que as diversas unidades orgânicas mostraram o seu trabalho aos colegas. De facto, havia então uma falta de conhecimento e comunicação entre as diversas unidades orgânicas. Durante o ano, foram organizados outros seminários temáticos internos, com o mesmo fim.



Com um maior conhecimento entre as unidades orgânicas fruto das reuniões e seminários, foi possível aumentar a colaboração e a cooperação dentro da DGAE. Desenvolveu-se igualmente um espírito de prestação de contas. Nesta matéria, o registo escrito e sistemático de algumas atividades, aliada a uma boa definição de funções e competências internas, permitiu também um melhor conhecimento da organização por parte dos seus trabalhadores.

Assim, foi criado um Mapa de Substitutos. Efetivamente, com vinte e um dirigentes intermédios, com muitas representações, nacionais e internacionais do Ministério, que foram objeto de um levantamento criterioso, é necessário saber-se, a cada momento, quem dirige uma unidade orgânica.

Todas estas representações, acima referidas, foram avaliadas com o fim de se perceber as suas razões, proveitos e resultados. Com fins semelhantes, todos os serviços externos passaram a ser codificados e registados sistematicamente.

Por outro lado, introduziu-se um registo para controlo de execução do plano de atividades para que cada dossiê tenha um responsável interno para além do respetivo dirigente.



## II. AUTOAVALIAÇÃO

### 2.1 *Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados*

Conforme estabelece a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, a avaliação de desempenho de cada serviço público assenta num Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) que é estruturado em objetivos estratégicos plurianuais e em objetivos operacionais, definidos anualmente.

Os objetivos operacionais são considerados segundo três níveis de parâmetros: eficácia, eficiência e qualidade. Para o QUAR da DGAE de 2013 (constante do Anexo I) foram considerados dois objetivos de eficácia, um de eficiência e dois de qualidade, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

**Quadro I - Objetivos do QUAR-2013**

OBJETIVOS OPERACIONAIS	OE
<b>EFICÁCIA</b>	
O1. Reforçar a relevância e a oportunidade dos outputs da DGAE face à missão e objetivos do ME	OE1 E OE2
O2. Concretizar iniciativas inovadoras no sentido da harmonização regional e da modernização do enquadramento das atividades económicas	OE2
<b>EFICIÊNCIA</b>	
O3. Assegurar um maior número de respostas às solicitações dirigidas à DGAE	OE1, OE2 e OE3
<b>QUALIDADE</b>	
O4. Concretização de iniciativas que contribuam para a Responsabilidade Social da DGAE e para a sua sustentabilidade orgânica incluindo a valorização do pessoal	OE3
O5. Proporcionar aos trabalhadores da DGAE oportunidades para um acesso efetivo a ações de formação face às suas necessidades operacionais à luz da RCM nº 89/2010, de 17 de Novembro	OE3

OE - Objetivo Estratégico

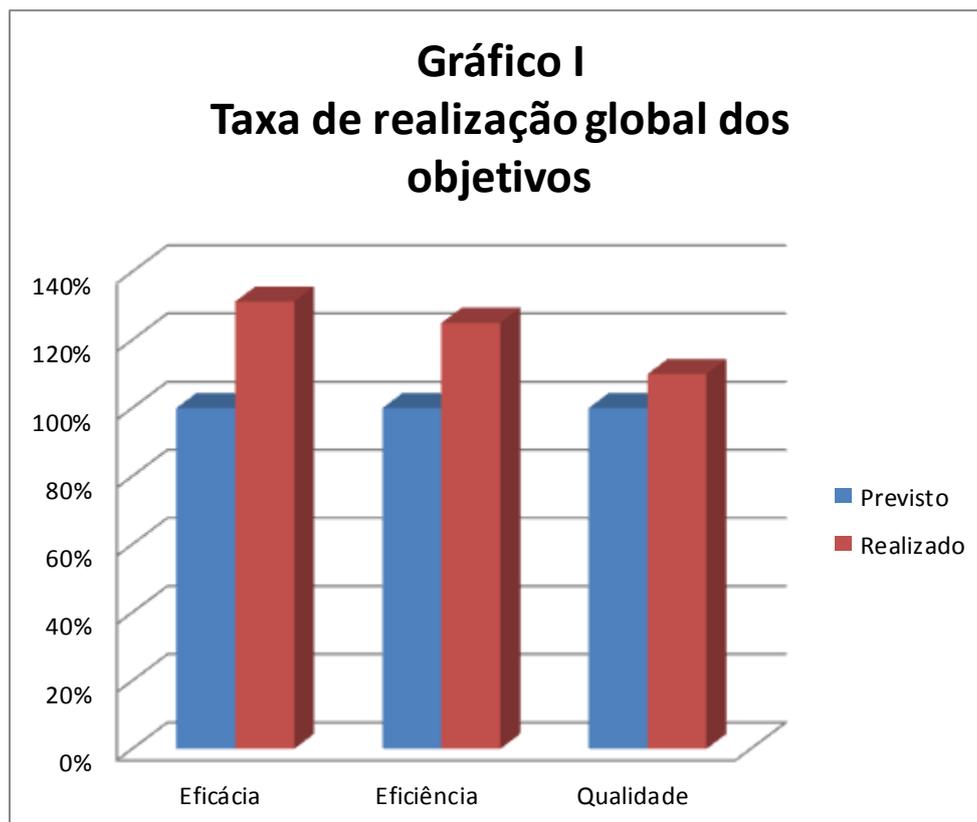
Para cada objetivo foi definido um indicador de desempenho e estabelecidas metas, que permitam medir em que medida os objetivos foram alcançados.

Tendo por base o critério seguido pelo GEE- Gabinete de Estratégia e Estudos (organismo que, no âmbito do Ministério da Economia, coordena os sistemas de avaliação de serviços) para o cálculo das taxas de realização, constata-se, como se poderá verificar no quadro II, que, dos cinco objetivos operacionais, um foi atingido e os restantes quatro foram superados.

Em cada um dos parâmetros eficácia, eficiência e qualidade, a taxa de realização global dos objetivos foi superada, como se ilustra no gráfico 1.

Quadro II - Taxa de realização dos objetivos

OBJETIVOS OPERACIONAIS	META	RESULTADO	TAXA DE REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
<b>EFICÁCIA</b>				
O1. Reforçar a relevância e a oportunidade dos outputs da DGAE face à missão e objetivos do ME	95%	100%	115%	Superou
O2. Concretizar iniciativas inovadoras no sentido da harmonização regional e da modernização do enquadramento das atividades económicas	8	11	138%	Superou
<b>EFICIÊNCIA</b>				
O3. Assegurar um maior número de respostas às solicitações dirigidas à DGAE	95%	100%	125%	Superou
<b>QUALIDADE</b>				
O4. Concretização de iniciativas que contribuam para a Responsabilidade Social da DGAE e para a sua sustentabilidade orgânica incluindo a valorização do pessoal	8	9	100%	Atingiu
O5. Proporcionar aos trabalhadores da DGAE oportunidades para um acesso efetivo a ações de formação face às suas necessidades operacionais à luz da RCM nº 89/2010, de 17 de Novembro	5	8	125%	Superou



Assim, a taxa de realização dos objetivos de eficácia foi superada em 31%, do objetivo de eficiência em 25% e dos objetivos de qualidade em 10%.

No quadro III apresenta-se a taxa de realização dos parâmetros.

**Quadro III - Taxa de concretização dos parâmetros**

OBJETIVOS OPERACIONAIS	PREVISTO	REALIZADO	CLASSIFICAÇÃO
<b>EFICÁCIA</b>	<b>50%</b>	<b>66%</b>	Superou
O1. Reforçar a relevância e a oportunidade dos outputs da DGAE face à missão e objetivos do ME	50%	63%	Superou
O2. Concretizar iniciativas inovadoras no sentido da harmonização regional e da modernização do enquadramento das atividades económicas	50%	69%	Superou
<b>EFICIÊNCIA</b>	<b>30%</b>	<b>38%</b>	Superou
O3. Assegurar um maior número de respostas às solicitações dirigidas à DGAE	100%	125%	Superou
<b>QUALIDADE</b>	<b>20%</b>	<b>22%</b>	Superou
O4. Concretização de iniciativas que contribuam para a Responsabilidade Social da DGAE e para a sua sustentabilidade orgânica incluindo a valorização do pessoal	60%	60%	Atingiu
O5. Proporcionar aos trabalhadores da DGAE oportunidades para um acesso efetivo a ações de formação face às suas necessidades operacionais à luz da RCM nº 89/2010, de 17 de Novembro	40%	50%	Superou

Da análise deste quadro conclui-se que: em termos de eficácia, o resultado global apresenta uma taxa de concretização de 63%; relativamente à eficiência, a taxa de concretização é de 38%; e, no que se refere à qualidade, essa taxa situa-se nos 22%.

A partir destes resultados e tendo presente a ponderação absoluta dos objetivos, obtém-se a classificação final do serviço, constante do quadro IV.

**Quadro IV - Taxa de realização final**

	EFICÁCIA	EFICIÊNCIA	QUALIDADE
<b>Previsto</b>	50%	30%	20%
<b>Realizado</b>	66%	38%	22%
<b>Avaliação final</b>	<b>125%</b>		



O valor da avaliação final do serviço é, assim, de 125%<sup>1</sup>, correspondendo a uma avaliação qualitativa de “Bom”, uma vez que todos os objetivos foram atingidos ou superados.

## 2.2 Análise dos recursos utilizados

### 2.2.1. Recursos humanos

O quadro V reflete os recursos humanos por carreiras que foram planeados no QUAR, ainda no tempo da anterior gerência, assim como os previstos no orçamento e, finalmente, o número efetivo de trabalhadores existentes na DGAE no final do ano de 2013. Desde logo, há que salientar que os recursos humanos planeados no QUAR (coluna 2) estavam desajustados e não correspondiam ao número de efetivos orçamentados para 2013 (coluna 3), que incluía no total 160 postos de trabalho. É por essa razão que, comparando o planeado no QUAR com o número de efetivos no final do ano, se constata um acréscimo de 4 trabalhadores que não é consentâneo com a realidade. Com efeito, em relação às necessidades do serviço, verificou-se até um decréscimo de 23 trabalhadores.

**Quadro V - Recursos Humanos**

Grupo de Pessoal Cargo/Carreira	Planeados (QUAR)	Previstos Orçamento	Efetivos (31/12/2013)
1	2	3	4
Direção Superior	2	2	2
Direção intermédia	21	21	21
Técnico Superior (*)	77	96	79
Assistente Técnico (**)	23	31	28
Assistente Operacional	10	10	7
<b>Total</b>	<b>133</b>	<b>160</b>	<b>137</b>

(\*) - Inclui especialistas de informática

(\*\*) - Inclui técnicos de informática

Durante o ano de 2013, verificou-se uma elevada rotação de trabalhadores, aproximadamente 28%, pois deixaram a DGAE, por diversas razões (ver quadro VII), 28 trabalhadores e entraram 29 novos trabalhadores (quadro VI).

<sup>1</sup> Este valor foi obtido através da soma das taxas de realização dos parâmetros: Eficácia (66%), Eficiência (38%) e Qualidade (22%).

**Quadro VI – Entrada de trabalhadores**

Situação	N.º
Ativo (em exercício de funções)	15
Mobilidade interna	10
Comissão de serviço	3
Mobilidade Estatutária	1
<b>Total</b>	<b>29</b>

**Quadro VII – Saída de trabalhadores**

Situação	N.º
Aposentado	10
Cedência de interesse público	3
Comissão de serviço	4
Licença sem vencimento	3
Mobilidade interna	7
Mobilidade especial	1
<b>Total</b>	<b>28</b>

Uma caracterização mais detalhada dos recursos humanos será efetuada no capítulo III, respeitante ao Balanço Social.

Cabe, no entanto, aqui referir que a DGAE foi reestruturada em 2012 e a então dirigente máxima do serviço, no exercício das suas competências, publicou o despacho n.º 13647/2012, de 27 de setembro, o qual define e afeta as unidades orgânicas flexíveis e nomeia todos os dirigentes no mesmo despacho.

Dos seis diretores de serviço nomeados, três tinham solicitado a respetiva reforma. Após acordo com os mesmos sobre a data da sua substituição e situação futura até à aposentação ser concedida, em 1 de setembro de 2013, iniciaram funções os novos diretores, a saber: Diretor de Serviços de Indústria, Diretor de Serviços dos Preços, Serviços e Sustentabilidade e Diretor de Serviços da Inovação e Competitividade Empresarial (vide organograma no anexo II).

Em 2013, outros três dirigentes intermédios de segundo grau foram substituídos a seu pedido e por diferentes razões que não são significativas para o conteúdo do presente relatório.

Das unidades orgânicas flexíveis existentes, nenhuma delas tem funções de gestão. Nas decisões organizativas, optou-se por possibilitar um maior número de assessores do Diretor Geral que fizessem a ligação entre a organização e a prestação centralizada de serviços pela SG/ME. Esta opção mostra-se insuficiente para uma boa gestão no que se refere aos recursos humanos, património e de aquisição de bens e serviços e, principalmente, no que se refere à gestão local dos trabalhadores que exercem funções de apoio. Procedeu-se à abertura de um concurso para que um dos assessores do Diretor-Geral fosse um especialista em Recursos Humanos, mas que só foi possível que assumisse funções em 2 de janeiro de 2014.

### 2.2.2. Recursos financeiros

No quadro VI apresenta-se uma síntese da execução financeira da DGAE em 2013, da qual desde logo sobressai o nível de execução de 93,25%, relativamente ao orçamento corrigido.

**Quadro VIII - Estrutura da despesa em 2013**

Unidade: Euro

GRUPOS DE DESPESA	2013			
	Inicial	Corrigido	Executado	Taxa de execução
<b>Despesas com pessoal</b>	5.527.440,00	4.872.886,00	4.858.107,69	99,70%
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	1.989.848,00	1.855.737,00	1.439.966,23	77,60%
<b>Transferências correntes</b>	15.759,00	15.759,00	15.138,82	96,06%
<b>Outras despesas correntes</b>	305.367,00	31.798,00	27.354,68	86,03%
<b>Aquisições de bens de capital</b>	507.500,00	171.767,00	138.084,73	80,39%
<b>TOTAL</b>	<b>8.345.914,00</b>	<b>6.947.947,00</b>	<b>6.478.652,15</b>	<b>93,25%</b>

Apesar de se ter verificado uma diferença significativa entre o orçamento inicial e o corrigido (em cerca de 1,4 M€ a menos), tal situação não foi impeditiva da realização das atividades previstas ou das aquisições necessárias ao funcionamento da DGAE.

Com efeito, mesmo na rubrica dos recursos humanos, o orçamento foi escrupulosamente cumprido, uma vez que houve a preocupação de substituir os trabalhadores que saíram da DGAE, nomeadamente por via da aposentação, por trabalhadores com remunerações de nível inferior, preferencialmente formados pelo INA, provenientes do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP).

De referir, ainda, que o controlo da legalidade da despesa é feito pela SG/ME quando prepara os processos de aquisição de bens e serviços, aquando da cabimentação, autorização de despesa e autorização de pagamento.



### *2.3 Atividades realizadas, previstas e não previstas no Plano de Atividades, e resultados alcançados*

No âmbito da persecução dos seus objetivos, a DGAE tinha inscrito no seu Plano de Atividades para 2013 um conjunto de atividades, a realizar pelas diversas Unidades Orgânicas e pelos serviços de apoio, relativamente às quais há que aferir da sua realização e dos resultados alcançados.

Por outro lado, durante o ano, houve a necessidade de realizar outras atividades que não tinham sido previstas (e que, como tal, não constavam do referido Plano) de modo a ser possível corresponder a solicitações de diversa índole ou a orientações que foram dirigidas à DGAE pela tutela.

Uma parte significativa de todas essas atividades contribuiu decisivamente para o cumprimento dos objetivos constantes do QUAR da DGAE, enquanto outras, embora possam não estar traduzidas nesses objetivos, foram essenciais para o desempenho dos serviços.

Nos quadros seguintes apresenta-se, por Unidade Orgânica, uma síntese dos resultados alcançados em cada uma dessas atividades. Para adequada leitura desses quadros, deve ser tida em consideração a seguinte legenda correspondente à coluna dos níveis de realização respeitante a cada atividade:

- R - Realizada
- NR - Não realizada
- T - Transferida para outra Unidade Orgânica ou para o ano seguinte
- CA - Cancelada

**QUADRO IX**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA INDÚSTRIA (DSI)**

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
1	Acompanhamento e elaboração de contributos para o Comité STIS - Aço, Têxtil e outros Sectores Industriais	T	Atividade transferida para a DSCI
2	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho do Comité da Diretiva n.º 2006/42/CE - Máquinas	R	Realizou-se uma reunião do GT, a qual foi assegurada pela DSI.
3	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho do Comité da Diretiva n.º 2000/14/CE - Emissões Sonoras	NR	Não se realizaram reuniões
4	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho do Comité da Diretiva nº 2003/44/CE, que alterou Diretiva 94/25/CE - Embarcações de Recreio	NR	Realizou-se 1 reunião. A DSI não participou.
5	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho Harmonização Técnica Embarcações de Recreio	R	A representação de PT foi assegurada pela REPER com os contributos preparados pela DSI
6	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Peritos de Emissões Poluentes das Máquinas Móveis Não Rodoviárias - Diretiva nº 97/68/CE (GEME)	NR	Realizaram-se 2 reuniões; a DSI não participou por não ser considerado necessário
7	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Peritos sobre Denominações e Etiquetagem Têxtil	R	Realizaram-se 3 reuniões, que foram asseguradas pela DSI
8	Implementação de medidas nacionais de execução do Regulamento dos Produtos de Construção	R	Aprovação e publicação do DL nº 130/2013, de 10 de setembro

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
9	Preparação e participação nas reuniões do Grupo de Preparação e no Comité Permanente da Construção, no âmbito do regulamento UE n.º 305/2011	R	Realizaram-se 4 reuniões, que foram asseguradas pela DSI
10	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho da Comissão/Comité Adubos (Regulamento (CE) n.º 2003/2003)	R	Realizaram-se 2 reuniões do Grupo de Trabalho e 2 reuniões do Comité, que foram asseguradas pela DSI
11	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho Harmonização Técnica Adubos	CA	A Comissão não apresentou a proposta de regulamento, pelo que não houve lugar a reuniões deste grupo, tendo ainda em 2013 continuado o debate entre a Comissão e os Estados membros a nível do Comité Adubos (atividade n.º 10)
12	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Grupo de Trabalho da Comissão/Comité Detergentes (Regulamento (CE) n.º 648/2004)	R	Realizou-se uma reunião do GT para a qual se preparou posição; não foi possível a participação por impossibilidade de voo de regresso
13	Preparação da elaboração de medidas nacionais de transposição da alteração da Diretiva Aerossóis	R	Foram concluídos os trabalhos técnicos e o projeto de diploma foi enviado para o Gabinete do SEAE.
14	Preparação das reuniões e representação de Portugal no Comité REACH (Regulamento (CE) n.º 1907/2006)	R	Realizaram-se 5 reuniões do Comité REACH para as quais a DSI preparou contributos para a posição nacional, objeto de concertação entre as AC's nacionais; a DSI não participou nas reuniões.
15	Preparação das reuniões e representação de Portugal nas reuniões das Autoridades Competentes para o REACH e CLP (CARACAL)	R	Realizaram-se 3 reuniões do CARACAL (uma das quais informal) para as quais a DSI preparou contributos para a posição nacional, objeto de concertação entre as AC's nacionais; a DSI participou numa das reuniões.
16	Preparação das reuniões e representação de Portugal nas reuniões do Grupo de Trabalho do REACH/CLP do ESPG	R	Realizaram-se 3 reuniões do GT REACH/CLP do ESPG para as quais a DSI preparou a posição nacional; a DSI participou numa das reuniões, sendo as outras duas asseguradas pela REPER.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
17	Preparação das reuniões e representação de Portugal nas reuniões dos correspondentes nacionais dos <i>helpdesks</i> do REACH e CLP (HelpNet Steering Group)	R	Realizaram-se 2 reuniões do GT, as quais foram asseguradas pela DSI.
18	Contributos para as reuniões do Grupo Harmonização Técnica - NLF - Diretiva 2004/108/CE relativa à compatibilidade eletromagnética	R	Foram dados contributos no âmbito da Diretiva 2004/108/CE sobre a compatibilidade eletromagnética oportunamente e quando solicitados.
19	Preparação e elaboração de pareceres sobre matérias de política comercial	R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
20	Preparação de contributos no âmbito da Política de Empresa - ESPG	R	Elaboração de contributos sempre que solicitados, quer internamente quer externamente à DGAE.
21	Preparação e elaboração de contributos no âmbito da Iniciativa Comunitária Lead Markets (Têxteis de proteção e construção sustentável)	NR	Por inexistência de solicitações concretas
22	Intervir no âmbito do regime jurídico do licenciamento da atividade industrial (SIR)	R	Resposta a solicitações de várias ordens que nos são colocadas pelos agentes económicos. Coordenação do GT-Padronização destinado à elaboração de Títulos Padronizados Integrados por setor de atividade industrial e de Referenciais Técnicos Padronizados, cujo GT terminou o seu mandato em 31.12.2013. Participação em reuniões de coordenação entre Gabinetes, com a AMA, a APA, a ACT, DGAV e DGS, com vista à preparação de alterações legislativas ao SIR; Monitorização das funcionalidades da plataforma do BdE e dos licenciamentos de estabelecimentos industriais ao abrigo do SIR.
23	Acompanhar as ações de coordenação do procedimento relativo à instalação e exploração das zonas empresariais responsáveis (ZER)	R	Elaboração de documentos de suporte a procedimentos internos, para licenciamento das ZER; Resposta a solicitações de agentes económicos;

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
24	Acompanhar o procedimento de acreditação de entidades no âmbito do Sistema da Indústria Responsável (SIR)	R	Elaboração de minuta da Autorização Provisória para o exercício de Entidade Acreditada e emissão da primeira Autorização Provisória neste âmbito no contexto do SIR.
25	Acompanhar as ações de coordenação operacional das intervenções regionais e a harmonização de práticas e procedimentos dos serviços periféricos do ME, nas respetivas áreas geográficas, no domínio da indústria	R	Realização de reuniões com as DRE para coordenação e articulação de procedimentos decorrentes da entrada em funcionamento do BdE, acautelando soluções de recurso que não onerem o agente económico.
26	Acompanhar a definição de planos e instrumentos de ordenamento do território, assegurando a preservação e expansão harmoniosa da atividade industrial	R	Elaboração de contributos sempre que solicitados e participação em conferências de serviços em representação da DGAE.
27	Transposição de Diretiva da Comissão de alteração da Diretiva 97/68/CE - MMNR.	R	Em junho a DGAE concluiu o projeto de diploma e enviou ao Gabinete do SEIIC. O DL foi aprovado pelo Conselho de Ministros em 12/12/2013. Aguarda-se a sua publicação.
28	Coordenação e gestão do <i>helpdesk</i> nacional do REACH e CLP	R	184 respostas dadas, registadas na base de dados da plataforma do <i>helpdesk</i> REACH&CLP; atualização de conteúdos de informação; atualização da legislação publicada; tradução e disseminação semanal de notícias relevantes.
29	Preparação das reuniões da CCREACH e coordenação/implementação das ações a desenvolver	R	Realizou-se uma reunião da CCREACH cuja preparação foi assegurada pela DSI, tendo igualmente a DSI dado sequência às deliberações tomadas pela Comissão.
30	Preparação e elaboração de contributos para o GCC e Conselho Competitividade	R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
31	Preparação e elaboração de contributos para outros Conselhos de Ministros da EU	R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
32	Preparação e elaboração de posições negociais sobre propostas legislativas da Comissão	R	Elaboração de contributos quando solicitados.
33	Preparação e elaboração de pareceres sobre matérias em discussão no âmbito da OMC	R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
34	Preparação e elaboração de pareceres sobre matérias em discussão e participação nos Comitês no âmbito da OCDE - Aço e Construção Naval	R	Realizaram-se 2 reuniões do WP6 (construção naval), que foram asseguradas pela DSI. Elaboração de contributos sempre que solicitados (Comité Aço).
35	Preparação e elaboração de pareceres sobre acordos de Comércio UE/Países Terceiros	R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
36	Preparação e elaboração de pareceres sobre a revisão dos critérios e análise de novas candidaturas para atribuição de rótulo ecológico	R	N.º de pareceres emitidos sobre candidaturas para atribuição de rótulo ecológico, por grupo de produto: Detergentes (1); Tintas e vernizes (3); Têxteis (1)
37	Análise e decisão de pedidos de autorização e de renovação de autorização de colocação no mercado de matérias fertilizantes	R	Foram analisados 50 processos relativos a pedidos de autorização de colocação no mercado para matérias fertilizantes. Foram concedidas a 13 empresas autorizações relativas a 23 produtos.
38	Preparação e elaboração de pareceres sobre processos de reorganização empresarial	R	Elaboração de contributos sempre que solicitados.
39	Preparação e elaboração de pareceres sobre questões de natureza ambiental ou energética	R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
40	Preparação e elaboração de outros pareceres em resposta a solicitações internas	R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
41	Análise de propostas de legislação de outros Estados Membros e de países membros da OMC (exceto UE)	R	As regras técnicas notificadas (mensalmente) no âmbito da OMC são apresentadas às diversas associações do setor de forma a emitirem eventuais observações ou pareceres, seguidos da respetiva transmissão.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
42	Acompanhamento da regulamentação da responsabilidade da DGAE	R	Resposta a solicitações de vária ordem, nomeadamente sobre licenciamento industrial, REACH, Adubos, produtos de construção e restante regulamentação.
43	Preparação e elaboração de pareceres em cumprimento das obrigações decorrentes de legislação da responsabilidade de outros Organismos	R	No final de 2013 esta atividade foi transferida para a DSPSS
44	Acompanhamento de novos desenvolvimentos sectoriais	R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
45	Acompanhamento do desenvolvimento do sector automóvel	R	Construção e publicitação de dados estatísticos mensais sobre produção e vendas
46	Participação nos G.T. e Comissões de índole nacional	R	Participação nos GT para a padronização e para a desmaterialização, ambos decorrentes do despacho nº 14 209/2012 e do acompanhamento Interministerial do Programa da Indústria Responsável; participação na CTE 210 (compatibilidade eletromagnética) e na Comissão Nacional de Transporte de Mercadorias. Participação na Comissão de Fiscalização do CTIC; Grupo da Mobilidade Elétrica e Comissão de Regulamentação de Cimentos e Betões
47	Elaboração de documentos de informação sobre sectores da indústria	R	Elaboração de contributos sempre que solicitados
48	Preparação e elaboração de outros pareceres em resposta a solicitações externas, designadamente da tutela e agentes económicos	R	Elaboração de comentários e pareceres sempre que solicitado.
49	Participação em conferências e seminários em áreas relevantes para a indústria	R	Participação em diversos <i>workshops</i> organizados na DGAE; participação em diversos web seminários organizados pela ECHA; participação em seminário internacional sobre o REACH; participação em seminário organizado pelo IPQ - Diretiva 98/34 e participação como oradores em seminários no âmbito dos produtos de construção

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
50	Apoio técnico e administrativo às atividades do Serviço	R	Atividade transversal de apoio à Direção e às Divisões - secretariado, atendimento telefónico, agendamento de reuniões e marcação de salas, gestão do economato, apoio na marcação de viagens em representação externa e arquivo de expediente e das fichas de segurança.
51	Incremento da melhoria organizacional e da sustentabilidade	R	Sensibilização para a necessidade de reduzir os consumos de papel.
52	Atualização de conteúdos para o <i>site</i> da DGAE	R	Atualização dos conteúdos a divulgar no <i>site</i> da DGAE decorrentes de alterações legislativas ou de atualização de normas harmonizadas de suporte á legislação da responsabilidade DGAE.
53	Balcão do Empreendedor: colaboração com a AMA na criação de conteúdos	R	Colaboração com a AMA na preparação e desenvolvimento da plataforma do Balcão do Empreendedor para tramitação dos procedimentos de licenciamento industrial, nomeadamente quanto aos formulários, prazos e procedimentos decorrentes do SIR e elaboração de outros contributos sempre que solicitados.
54	Acompanhamento e preparação de contributos para o SEAC - Comité de Análise Socio Económica da ECHA - Agência Europeia de Produtos Químicos	R	Realizaram-se 4 reuniões presenciais, das quais 3 foram asseguradas pela DSI e uma 4.ª reunião via web, assegurada pela DSI.
55	Análise e parecer sobre propostas de legislação de outros organismos	R	Análise de propostas legislativas e elaboração de pareceres sempre que solicitados.
56	Desenvolvimento de trabalhos do <i>Peer Review</i> no âmbito do GT 6 da OCDE- Construção Naval	R	Esta atividade foi planeada, desenvolvida e executada como previsto
57	Acompanhamento dos trabalhos e prestação de informação no âmbito do planeamento industrial de emergência	R	Participação na 1ª reunião ordinária de 2013 da CNPC (única em 2013)
58	Acompanhamento e fiscalização dos contratos de contrapartidas ou de cooperação industrial	R	O acompanhamento e a fiscalização foram executados nos termos previstos

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
59	Implementação do diploma relativo a matérias fertilizantes	T	A atividade não se realizou, transitando para 2014. Em final de 2013 procedeu-se à revisão do projeto de diploma. A versão revista foi enviada para o Gabinete do SEAE a 31/10.
60	Grupo da ECHA de Diretores das Autoridades Competentes para o REACH e CLP	R	Realizou-se uma reunião, a qual foi preparada pela DSI.

#### QUADRO X ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA INDÚSTRIA (DSI)

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
1	Desenvolvimento do Cadastro Único Empresarial	R	Participação na elaboração de documentos necessários (requisitos técnicos) à criação do CUE. Atividade com continuidade em 2014.
2	Desenvolvimento do Fluxograma para Instalação ou Conversão de ZER.	R	Elaboração dos documentos de suporte aos procedimentos internos a considerar em caso de pedidos de instalação e ou conversão de Zonas Empresariais Responsáveis (ZER). Atividade de continuidade em 2014.
3	Responsabilidade Social das Empresas (RSE)	R	Participação no Grupo de Alto Nível sobre RSE da UE e colaboração com a ACT no âmbito dos trabalhos nacionais de implementação da Agenda da UE, Colaboração na elaboração do Relatório do Ponto Focal Nacional das Diretrizes da OCDE sobre as Empresas Multinacionais e no quadro da representação no GT-Condução Empresarial Responsável (OCDE). Este dossier transitou para a DSPSS, no decurso do último trimestre de 2013.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
4	Eco-Inovação	R	Participação nas seguintes atividades: Projeto Ecolpol (em colaboração com a APA e a AdI), Participação na elaboração de contributos nacionais para o Grupo de Alto Nível da UE sobre Eco-Inovação/EcoAP (em colaboração com a APA e a AdI), Divulgação da Call de Projetos de Eco-Inovação no âmbito do Programa Competitividade e Inovação (CIP) da UE e resposta a solicitações diversas neste âmbito (Ponto Focal Nacional). Este dossiê também transitou para a DSPSS, no início de 2014.
5	Transposição da Diretiva 2012/19/UE, de 4 de julho, relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE)	R	Participação no GT de acompanhamento da transposição da diretiva 2012/19/EU relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE) para o ordenamento jurídico nacional, atividade transferida para a DSPSS no início do 2014
6	Regulamentação conexa à Atividade Industrial (Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Segurança nos Transportes, ...)	R	Participação em GT para apresentação de propostas legislativas de que regulamentam a atividade industrial e no GT para a Padronização, do qual resultaram vários referenciais técnicos padronizados e vários títulos padronizados integrados por setor de atividade industrial.
7	Preparação do diploma de transposição parcial da Diretiva 2013/21/UE no que respeita à alteração da Diretiva 1999/45/CE, relativa à classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas	R	O Decreto-Lei n.º 155/2013 foi publicado no dia 5 de novembro de 2013
8	Precusores de droga- Apresentação de proposta de atuação sobre relacionamento entre a DGAE e as DRE.	R	Foi apresentada proposta de protocolo a celebrar entre a DGAE e as DRE e proposta de aditamento ao despacho e o modelo de relatório anual de acompanhamento da execução das competências delegadas.
9	Isenção da aplicação do Regulamento REACH para efeitos de defesa.	T	Início da análise da questão.
10	Regulamento dos Produtos de Construção (RPC) - preparação e participação em reuniões para atos delegados da Comissão	R	Participação em duas reuniões para preparação de Atos delegados relativos ao regulamento dos Produtos de Construção

## AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA INDÚSTRIA (DSI)

### Projetos/atividades mais relevantes em 2013

#### 1. Da responsabilidade da DIPI

#### Proposta de diploma relativo a matérias fertilizantes – responsabilidade da DSI/DIPI

A DGAE / DSI tem vindo a trabalhar uma proposta de decreto-lei que visa simplificar o quadro legal vigente em matéria de colocação no mercado de matérias fertilizantes. A elaboração desta proposta foi desenvolvida em parceria entre a DGAE / ME, a APA / MAOT e o LQARS / MAM.

A proposta estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes reunindo num único diploma as disposições contidas na legislação já existente - Decreto-Lei n.º 190/2004, de 17 de Agosto e na Portaria n.º 1322/2006, de 24 de Novembro, e na norma administrativa “Especificações sobre a qualidade e utilização do composto, de 4 de Dezembro de 2008” -, assegurando, simultaneamente, a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 2003/2003, de 13 de Outubro de 2003, relativo a adubos CE.

São definidas especificações técnicas que o produto deve cumprir para que possa ser legalmente comercializado, designadamente critérios de qualidade para matérias fertilizantes produzidas a partir de resíduos e matérias orgânicas biodegradáveis e simultaneamente é criado um sistema de Registo das matérias fertilizantes não harmonizadas.

Face à atual legislação, que obriga, em alguns casos, à obtenção de autorização prévia para colocação no mercado de matérias fertilizantes, esta proposta visa a redução de encargos, ao suprimir esta figura de autorização prévia, passando a responsabilidade da avaliação de conformidade do produto para o operador económico, o qual tem agora apenas que efetuar o registo do mesmo na DGAE.

Não acarreta encargos administrativos adicionais aos exigidos pela legislação em vigor, simplificando os procedimentos administrativos associados à colocação no mercado das matérias fertilizantes e introduzindo um acréscimo de segurança para os utilizadores de matérias fertilizantes.

## Situação atual

A proposta de diploma encontrava-se concluída aguardando aprovação superior no início de 2013. Com a entrada em funções da nova direção da DGAE entendeu-se reanalisar a proposta para o que foram desenvolvidas ações que terminaram recentemente com a sua revisão em outubro de 2013.

A revisão do projeto de diploma centrou-se nos objetivos seguintes:

- a) **Introduzir a obrigatoriedade de recurso a laboratórios acreditados** [tendo por objetivo reforçar o apoio aos fabricantes, designadamente no cumprimento das obrigações relativas à realização das determinações analíticas identificadas no Anexo V - Métodos de amostragem e de análise (artigo 19.º)];
- b) **Incluir disposições relativas ao reconhecimento de competência técnica das entidades que realizam os ensaios de eficácia previstos no artigo 18.º** [tendo por objetivo proteger os fabricantes de eventuais aquisições, deste tipo de serviços, sem garantia de valor acrescentado];
- c) **Atualizar os métodos de amostragem e análise, identificados no Anexo V, de acordo com o “estado da arte”.**

De acordo com os objetivos acima enunciados, foi estabelecido um “Plano de Ação”, que foi executado em parceria com o INIAV/LQARS (Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P./Laboratório Químico Agrícola Rebelo da Silva) e com o IPAC (Instituto Português de Acreditação). No âmbito deste “Plano de Ação”, o projeto de diploma foi revisto na totalidade, tendo sido introduzidas alterações no articulado e em todos os seus anexos, à exceção do anexo IV.

O diploma revisto foi enviado ao Gabinete do Sr. SEAE a 31.10.2013, tendo posteriormente sido introduzidas algumas alterações, decorrentes da consulta a entidades externas promovida pelo Gabinete.

Já em 2014, a versão final foi notificada, através do IPQ – Instituto Português da Qualidade, à Comissão Europeia no âmbito dos procedimentos estabelecidos na Diretiva 98/34/CE.

## 2. Da responsabilidade da DRAI

### Implementação da Legislação sobre o Sistema da Indústria Responsável

#### **Participação na elaboração de propostas de alteração legislativa ao diploma que regula a atividade industrial, bem como nas alterações à regulamentação conexa com o SIR:**

A experiência, embora limitada no tempo, da aplicação do novo regime jurídico da atividade industrial permitiu verificar que este carecia de aperfeiçoamentos, quer no que concerne á clareza dos seus conteúdos pelos seus destinatários – Administração Pública e Indústria – quer pela necessidade de melhorar ou alterar alguns conceitos e ou aspetos procedimentais que se têm verificado constituir obstáculo efetivo à operacionalização deste diploma.

No âmbito da preparação das propostas legislativas ao SIR, importa destacar a alteração ao regime de fixação e cobrança de taxas municipais, passando a omissão de divulgação pelos municípios do montante das taxas a fixar para licenciamento dos estabelecimentos tipo 3, ou da forma do seu cálculo, no “Balcão do Empreendedor”, a determinar a inexigibilidade da referida taxa, tendo em vista não penalizar o industrial pela ocorrência de um facto que não lhe é imputável.

Por outro lado, a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, remeteu para Portarias dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia, do emprego, da agricultura e do ambiente, quanto á definição dos elementos de informação que devem incluir os pedidos de instalação, de exploração e de alteração dos diferentes tipos de estabelecimentos industriais, bem como a definição dos requisitos a que deve obedecer uma sociedade que pretenda constituir-se como gestora de Zona Empresarial Responsável (ZER) e ainda os elementos instrutórios que esta deve apresentar no âmbito do procedimento de autorização de instalação, exploração, conversão e ou alteração de uma ZER. As referidas Portarias, para as quais foi também relevante o contributo da DSI/DRAI, foram publicadas e entraram em vigor em outubro de 2013.

Quer enquanto entidade coordenadora de licenciamento (ZER), quer enquanto organismo da administração central com intervenção nos procedimentos previstos no âmbito do SIR, cabe á DGAE em colaboração com a AMA, disponibilizar e atualizar no BdE toda a informação necessária á tramitação das

formalidades necessárias ao exercício da atividade industrial, bem como monitorizar os desenvolvimentos verificados nos processos com vista a promover a sua harmonização e melhoria contínua e a manter atualizada a informação relativa às formalidades resultantes da legislação aplicável, nomeadamente no que respeita ao cadastro eletrónico industrial, que deverá funcionar como um interface com outros sistemas de informação e de registo de dados, como o SICAE e o IRN, em situação de interoperabilidade. Nesse sentido também, a divisão desenvolveu um conjunto de estudos, análises e monitorização, bem como reuniões de trabalho com as diferentes entidades envolvidas.

Ainda no âmbito do acompanhamento que se tem vindo a fazer dos instrumentos legislativos que se relacionam com o SIR, fomos chamados a dar parecer sobre os regimes jurídicos respeitantes às bases do ordenamento do território, à utilização dos solos e aos instrumentos de gestão territorial, os quais também se encontram em revisão, o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), o Regime Jurídico de Avaliação de impacte ambiental (AIA), o regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), entre outros.

#### **Proposta de fluxograma e procedimentos a adotar pela DGAE no que respeita ao licenciamento de Zonas Empresariais Responsáveis.**

A DSI/ DRAI, no âmbito das suas atribuições e competências por força do SIR, tem vindo a trabalhar sobre uma proposta de procedimentos a desenvolver para efeitos de licenciamento e alteração de ZER e ou conversão de parques industriais em ZER. Este trabalho decorre da necessidade de implementar um conjunto de procedimentos internos que permitam dar resposta a todas as entidades que se apresentem á DGAE como candidatas a gerir espaços que pretendem constituir a instalação de indústrias numa lógica de «chave- na- mão».

No sentido de permitir a instalação simplificada, mais célere e menos onerosa para os empresários com interesse em investir na indústria, o SIR veio estatuir a possibilidade de concentrar a instalação de novas indústrias nas designadas Zonas Industriais Responsáveis (ZER) enquanto áreas territorialmente delimitadas mas já dotadas de infraestruturas de base e geridas por entidades acreditadas no âmbito do licenciamento industrial, nomeadamente na área do ambiente, as quais passam a poder avaliar a conformidade dos requisitos instrutórios exigíveis para o regular licenciamento industrial, cabendo á DGAE analisar essas candidaturas e autorizar ou não o seu licenciamento, tendo presente que o grande objetivo deste regime do SIR é prevenir os riscos e inconvenientes resultantes da exploração dos estabelecimentos industriais, para pessoas e bens num quadro de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social das empresas.

### 3. Da responsabilidade da DIPVE

Os projetos/atividades mais relevantes da responsabilidade da DIPVE foram o *Peer review* da construção naval (56), o acompanhamento dos projetos de contrapartidas (58), o planeamento industrial de emergência (57) e o acompanhamento da legislação da responsabilidade da Divisão (42), nomeadamente a relativa aos produtos de construção.

**QUADRO XI**  
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO (DSCD)**

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
1	Instrução técnica e elaboração dos relatórios sobre os pedidos de instalação e modificação de unidades e conjuntos comerciais no âmbito do DL n.º 21/2009, de 19 de janeiro	R	Deram entrada 193 pedidos de autorização. Foram elaborados 183 relatórios e anulados 2 processos. Transitaram para 2014 8 processos.
2	Prestação de esclarecimentos sobre as questões decorrentes da aplicação do Decreto-Lei n.º 21/2009	R	Foram elaborados todos os pareceres e dada resposta a todas as questões sobre a aplicação deste regime (51 pareceres/respostas)
3	Organização e manutenção do universo de estabelecimentos abrangidos pelo regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 21/2009	R	Foram validados 126 registos de Estabelecimentos Comerciais, 13 registos de Conjuntos Comerciais e inseridos 301 registos na BDL 21/2009
4	Divulgação de informações relativas à aplicação do DL 21/2009, nomeadamente publicação das autorizações concedidas no site da DGAE	R	Foram publicados no sítio da DGAE 4 listas correspondentes ao 4.º trimestre de 2012 e aos 3 primeiros trimestres de 2013
5	Elaboração de relatórios mensais e pontos de situação sobre a aplicação do Regime de Autorização Comercial	R	Foi atualizada 10 vezes no <i>site</i> da DGAE a informação sobre as autorizações concedidas pelas Comissões de Autorização Comercial (COMAC)
6	Conclusão do processo legislativo do projeto de Regime Jurídico da Atividade Comercial e de Serviços (RJACS)	R	O projeto não foi aprovado em 2013 mas tal não dependeu da DGAE. Todas as solicitações sobre este processo foram realizadas, Foi dada resposta a todas as solicitações da tutela sobre o projeto (18 pareceres) e participação em reuniões.
7	Implementação dos procedimentos inerentes ao RJACS	T	Uma vez o projeto não foi aprovado em 2013, esta atividade transitou para 2014
8	Divulgação, junto dos agentes económicos, designadamente através do sítio Internet da DGAE das obrigações decorrentes do RJACS	T	Uma vez que o projeto não foi aprovado em 2013, esta atividade transitou para 2014

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
	Emissão de pareceres sobre propostas legislativas, bem como sobre diversos temas relacionados com a atividade comercial	R	Emissão de 126 pareceres
10	Respostas aos pedidos de informação por parte dos agentes económicos.	R	Foram respondidas 941 questões não só a agentes económicos como institucionais
11	Acompanhamento e emissão de pareceres sobre propostas comunitárias com incidência direta ou indireta no sector do comércio	R	Foram elaborados 34 contributos sobre documentos vários designadamente sobre Segurança dos Produtos / Proposta de Diretiva Tabaco / Retirada do mercado de artigos de metal precioso / visita da Comissão Europeia / Plano de ação para o setor retalhista / Livro verde sobre práticas comerciais desleais / segurança das redes de informação/ e-commerce/ embalagens e resíduos de embalagens (sacos de plástico).
12	Assegurar a transição das bases do cadastro comercial e da declaração prévia para uma única base de dados do cadastro comercial	CA	Esta atividade estava dependente da contratação de desenvolvimento informático, que não se realizou
13	Articulação com a AMA na definição dos formulários e especificações técnicas das formalidades a disponibilizar no Balcão do Empreendedor (BdE), na produção dos conteúdos informativos (fichas de serviço) destinados aos agentes económicos	R	Edição e submissão de fichas de serviço no BdE / Definição de especificações técnicas sobre os formulários / Realização de testes no BdE / Validação e resposta a questões várias da AMA sobre conteúdos no BdE
14	Instrução dos processos e emissão de comprovativos de apresentação da Declaração Prévia à instalação/ modificação de estabelecimentos comerciais (Decreto-Lei n.º 259/2007) até à sua substituição pelo Licenciamento Zero (LZ) ou RJACS	R	Foram analisados 5.156 processos de declaração prévia (4.160 comprovativos de declarações prévias emitidos e 996 processamentos para cadastro)
15	Análise, validação e registo no Cadastro Comercial dos pedidos de inscrição, alteração e encerramento de estabelecimentos até à sua substituição pelo LZ ou RJACS	R	Foram inseridos na base de dados do cadastro comercial 4.804 processos e processados 5.896 registos (incluindo processos LZ)
16	Disponibilização <i>on line</i> de todos os formulários inerentes ao RJACS a desmobilizar durante o período transitório, até à operacionalização dos formulários dinâmicos no BdE	T	Uma vez o projeto RJACS não foi aprovado em 2013, esta atividade não teve sequência

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
17	Diligências no âmbito dos Processos de Contra Ordenação por falta de inscrição no Cadastro Comercial, levantados até à entrada em vigor do LZ ou RJACS	R	Analisados 53 processos de contraordenação tendo sido efetuadas 11 comunicações a solicitar a regularização da inscrição
18	Licenciamento da Atividade Prestamista	R	Foram emitidas 24 declarações comprovativas do licenciamento da atividade prestamista.
19	Elaboração de propostas para harmonização de procedimentos no âmbito do Regime de Autorização Comercial, bem como dos procedimentos inerentes à realização de leilões no âmbito da atividade prestamista	R	Além da prestação de informações, sempre que solicitadas, foi elaborado um Guia de Harmonização de Procedimentos dos eventos de venda de penhores e harmonização sobre o novo regime do comércio não sedentário
20	Instrução dos pedidos de emissão do cartão de feirante e organização do Cadastro Comercial dos Feirantes	R	Foram introduzidos 6.429 processos na plataforma de feirantes (5.279 novos, 911 renovações e 239 alterações e encerramentos) e enviados 2.686 ofícios/e-mails (envio de comprovativos, de títulos, letreiros e pedidos de elementos)
21	Adaptação e operacionalização do portal dos feirantes ao regime jurídico do comércio não sedentário, mediante contratação de prestação de serviços para o efeito e respetivo acompanhamento	CA	A contratação de prestação de serviços foi cancelada
22	Emissão dos comprovativos da instalação e modificação das <i>Sex Shop</i> (DL 174/2012, de 2 de agosto) até à operacionalização do balcão eletrónico dos serviços, e organização do registo desta atividade	R	Foram emitidos 28 comprovativos de apresentação de mera comunicação prévia.
23	Resposta às declarações de liquidação	R	Foi dada resposta a todas as 292 declarações de liquidação rececionadas.
24	Elaboração de estudo estatístico com base nas declarações de liquidação dirigidas à DGAE.	NR	A técnica designada para elaborar este trabalho foi alocada aos procedimentos dos processos relativos ao comércio a retalho não sedentário
25	Elaboração e divulgação de estudo caracterizador do comércio não sedentário exercido por feirantes	NR	A técnica designada para elaborar este trabalho foi alocada a outras tarefas, entre as quais as relativas ao comércio a retalho não sedentário

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
26	Promover a melhoria da envolvente empresarial e da competitividade do comércio e dos serviços, designadamente, através da participação nas alterações legislativas no âmbito do Fundo de Modernização do Comércio	R	Participação no processo legislativo do sistema de incentivos "Comércio Investe"
27	Efetuar o acompanhamento técnico, incluindo vistorias físicas e elaboração de informação estatística de projetos de investimento do Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio (MODCOM), da competência da DGAE, no âmbito do Fundo de Modernização do Comércio	R	Instrução técnica dos pedidos de pagamento e elaboração dos relatórios e encerramento de 90 projetos MODCOM / Realizadas 15 deslocações a empresas para vistoria dos investimentos realizados / realizadas 27 reuniões com associações para verificação dos <i>dossiers</i> dos projetos comprovativos dos investimentos realizados / Reanalisados 3 projetos e acompanhamento de todo o trabalho inerente à elaboração e assinatura das adendas dos Contratos de Concessão de Incentivos Financeiros
28	Analisar os projetos conjuntos e emitir parecer especializado do Sistema de Incentivos "+Comércio" criado no âmbito do Fundo de Modernização do Comércio	T	A fase de candidaturas encerrou em dezembro, pelo que a emissão dos pareceres especializados transitou para 2014.
29	Participar, conjuntamente com o IAPMEI, na harmonização dos procedimentos de operacionalização do MODCOM e do +Comércio	R	Realização de reuniões técnicas com o IAPMEI para harmonização da ficha de parâmetros de análise dos Pareceres Especializados a serem emitidos pela DGAE, relativos os projetos conjuntos. Foi iniciada neste ano a análise dos projetos conjuntos tendo em vista a emissão dos respetivos pareceres especializados
30	Avaliar os contraditórios, objeto de auditorias de 1º nível realizadas pelo IAPMEI e emitir de parecer relativamente aos projetos de investimento da competência da DGAE, no âmbito do Fundo de Modernização do Comércio	CA	Não foram elaborados contraditórios, já que não foram enviados pelo IAPMEI, os relatórios de auditorias realizadas no âmbito do MODCOM
31	Disponibilizar toda a documentação considerada pertinente às entidades competentes e acompanhar o desenvolvimento do Inquérito Crime a decorrer no âmbito do MODCOM	R	Participação em reuniões com o DCIAP e a DSIFAE, envio de documentação pertinente para as investigações a decorrer no âmbito da Ação C do MODCOM

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
32	Avaliar a envolvente empresarial como forma de acompanhamento do setor do comércio e serviços e aferição sistemática dos parâmetros de apreciação da atividade comercial, bem como contribuir, através de propostas de projetos-piloto, em colaboração com outras entidades, para a dinamização e competitividade das redes urbano-comerciais	T	Proposta inserida na Agenda para o setor do comércio, sujeita ainda a aprovação da tutela
33	Participar, no âmbito do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), conjuntamente com outras entidades, na estruturação do Plano Setorial do Comércio	R	Representação da DGAE na Comissão Consultiva do PROT-AML, elaboração de 6 pareceres e participação em 7 Conferências de Serviços, emissão de parecer sobre a avaliação do PNPOT e reunião de trabalho com professores da Universidade Nova
34	Estimular a cooperação empresarial com diversas entidades relacionadas com o sector comercial e dos serviços e com países terceiros	R	Realização de um questionário para recolha das melhores práticas nos países da UE, relativamente a questões do setor do comércio e distribuição.
35	Participar em sessões de formação específicas	R	7 funcionários participaram em ações de formação. Participações em diversos seminários temáticos.
36	Suporte administrativo e de secretariado	R	Tarefa contínua
37	Atualização da informação disponível no site da DGAE e produção de novos conteúdos		A informação relativa às atividades de comércio constante do site foi atualizada (legislação, conteúdos, formulários, leilões agendados)
38	Otimização de recursos: Recolha de papel e outros consumíveis recicláveis / redução do número de impressões em papel	R	Tarefa contínua

**QUADRO XII**  
**ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO (DSCD)**

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
1	Prestação de informação estatística a entidades várias	R	12 apuramentos estatísticos a pedido de entidades como a DGAV, a ASAE, a Marktest, etc.
2	Levantamento de fontes estatísticas do comércio	R	O levantamento das fontes estatísticas foi efetuado. O aperfeiçoamento da análise transitou para 2014.
3	Participação na Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar (PARCA)	R	Participação nos trabalhos da PARCA, bem como nas 6 reuniões plenárias e nas reuniões da subcomissão técnica para a autorregulação.
4	Iniciativas legislativas	R	Elaboração de projeto de portaria que autoriza a AIP-CCI a emitir certificados de origem/de projeto de Portaria do comércio não sedentário / de projeto de diploma que regula a atividade prestamista / projeto de alteração ao DL nº 21/2009
5	Participação no projeto de revisão do Regulamento das Contrastarias	R	Elaboração de várias propostas de redação para o regime jurídico da ourivesaria. Projeto de diploma conjunto, liderado pelo Ministério das Finanças.
6	Participação em reuniões de grupos de trabalho e Seminários sobre temas vários	R	Participação em reuniões do GT Seca/GT GEVPAL / GT FUESEN/Subcomissão "Regulação e Fiscalização da Oferta de Substâncias Lícitas", entre outras 96 reuniões registadas internamente no Sistema de Controlo de Execução (SCE)

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
7	Registo de informação relativa aos processos MODCOM no Sistema de Informação de Gestão de Incentivos (SIGI)	R	Toda a informação registada
8	Atualização da base de dados criada na ex-Divisão de Projetos, contendo toda a informação relativa aos projetos das Ações B e C do MODCOM	R	Atualização contínua
9	Pesquisa nas bases de dados do SIPRIME, SIMODCOM e SIGI e elaboração de respostas aos pedidos de esclarecimento do Ministério Público no âmbito dos Sistemas de Incentivos, referentes a empresas que se encontram em Processos de Insolvência	R	Prestação de informação relativamente a 8 empresas
10	Solicitação ao IAPMEI de introdução de alterações e correções da Análise de Pedidos de Pagamento no Sistema Informático - SIGI	R	Trabalho desenvolvido em colaboração com o IAPMEI, quando é necessário introduzir correções na informação registada no Sistema de Informação de Gestão de Incentivos – SIGI
11	Audiência de Interessados no âmbito dos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo - CPA	R	Notificados 6 promotores no âmbito do MODCOM, através de ofício de audiência de interessados, para posterior elaboração das respetivas propostas de rescisão dos contratos de concessão de incentivos financeiros
12	Elaboração de Propostas de Rescisão de Contratos de Concessão de Incentivos Financeiros celebrados com o IAPMEI e acompanhamento da instrução dos processos pelo departamento jurídico daquele organismo	R	Instrução técnica e elaboração de 9 propostas de Rescisão de Contratos de Concessão de Incentivos Financeiros
13	Elaboração de pontos de Situação referentes a Sistemas de Incentivos Financeiros por solicitação da Tutela, por outros organismos e pelos promotores	R	Elaborados 19 Pontos de Situação (7 a pedido da tutela, 5 de outras instituições, designadamente a Assembleia da República e 7 dos promotores)

## AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO (DSCD)

Entre as atividades realizadas pela Direção de Serviços de Comércio e Distribuição, destacam-se:

- A área da regulamentação, não só no que respeita a iniciativas legislativas como à emissão de pareceres sobre projetos de diploma de outras entidades, sobre variados temas, avaliando os seus impactos para as empresas do setor do comércio.

Entre as iniciativas legislativas salientam-se os trabalhos no âmbito do projeto de Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio e Serviços (RJACS) o qual, baseado no espírito de desburocratização administrativa e clarificação legislativa, tem como objetivo criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das atividades comerciais. Neste sentido, consolida, num único diploma, uma parte significativa das matérias relativas ao exercício da atividade comercial e simplifica, ou elimina, um conjunto de procedimentos, aumentando a responsabilização dos operadores económicos.

Salienta-se, também a apresentação do projeto de diploma que regula a atividade prestamista, da portaria prevista no regime jurídico do comércio não sedentário, da portaria que autoriza a AIP-CCI a emitir certificados de origem, bem como a participação no projeto de revisão do Regulamento das Contrastarias, conjunto com o Ministério das Finanças.

- A Participação nos trabalhos da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar (PARCA), no âmbito da qual está a decorrer um processo de adoção de um código de boas práticas e autorregulação, de enorme importância para as empresas da cadeia alimentar, salientando-se também a análise e procura de soluções no que respeita à transparência na distribuição de valor, à gestão de conflitos e a marcas do distribuidor.
- Os procedimentos inerentes aos regimes de licenciamento/autorização da atividade prestamista e da instalação e modificação estabelecimentos e de conjuntos comerciais.
- A emissão de pareceres sobre assuntos relacionados com a atividade comercial, bem como a resposta a pedidos de informação de entidades institucionais e agentes económicos, por escrito e por telefone, o que consome uma parte considerável dos recursos humanos da unidade orgânica.

- O encerramento dos projetos do Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio, (MODCOM) no âmbito do Fundo de Modernização do Comércio (projetos de integração comercial - Ação B e projetos de promoção dos centros urbanos) à exceção dos projetos cujas entidades promotoras estão a ser objeto de investigação pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) e pela Direção de Serviços de Investigação da Fraude e de Ações Especiais (DSIFAE)
- O acompanhamento de algumas matérias comunitárias, destacando-se o Plano de ação para o setor retalhista e o Livro verde sobre práticas comerciais desleais na cadeia de abastecimento alimentar e não alimentar entre as empresas na União Europeia.

Durante o ano de 2013, entraram em vigor dois regimes jurídicos que implicaram um acréscimo de trabalho para a Direção de Serviços: o Licenciamento Zero (LZ) e o regime jurídico do comércio não sedentário.

- O Decreto-lei nº 48/2011 (LZ) prevê que todas as comunicações abrangidas por este regime são submetidas no Balcão do Empreendedor (BdE). Contudo, embora este diploma tenha estabelecido uma produção de efeitos diferida, até junho de 2013, para as disposições que pressupõem a implementação do BdE, este entrou em funcionamento com formulários convencionais e não com o formulário dinâmico, conforme previsto. Assim, os formulários destinados à DGAE passaram a ser recebidos de modo convencional e a ter que ser selecionados de entre o conjunto de todos os processos de LZ, o que implicou um acréscimo de trabalho administrativo (entre junho e dezembro foram selecionados, para registo, 2.784 processos de comércio, de entre os 7.000 analisados no BackOffice do BdE e na *dropbox* da Agência para a Modernização Administrativa - AMA).

A entrada em vigor do LZ implicou também a elaboração de pontos de situação mensais sobre a aplicação deste regime, bem como a articulação com a AMA designadamente na identificação dos problemas e procura de soluções, validação da informação, definição de formas de envio da informação para a DGAE.

- Com a entrada em vigor, no dia 12 de maio de 2013, do novo regime jurídico aplicável ao comércio não sedentário, que unificou as regras aplicáveis aos feirantes e aos vendedores ambulantes, substituindo os cartões de vendedor ambulante e de feirante por um título de exercício da atividade, sem custos e sem validade limitada, verificou-se um acréscimo de trabalho, no tratamento destes processos, uma vez que todos os vendedores ambulantes tiveram que efetuar o registo, à medida que os cartões municipais foram caducando. De referir que, no início da vigência deste diploma, chegaram a registar-se cerca de 1.000 entradas mensais.

- Em 2013 colmatou-se o atraso na validação das declarações prévias apresentadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 259/2007, processo que ficou concluído no início de dezembro com a emissão de 4.160 comprovativos de receção de declaração prévia.

O acréscimo de trabalho decorrente da entrada em vigor da Lei n.º 27/2013, e a escassez de recursos humanos, implicou a necessidade de canalizar os recursos para o tratamento destes processos com prejuízo de alguns trabalhos programados, como a análise das declarações de liquidação dirigidas à DGAE e a elaboração do estudo caracterizador do comércio não sedentário exercido por feirantes.

### QUADRO XIII

#### ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS PREÇOS E SERVIÇOS E DA SUSTENTABILIDADE (DSPSS)

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
1	Licenciamento Zero - Atividade relacionada com a sua implementação na área de competências atribuídas à DGAE	R	Foram realizadas diversas reuniões com a AMA e com os gabinetes das Secretarias de Estado, bem como elaborados diversos pontos de situação que fizeram o enquadramento e identificaram os principais constrangimentos e problemas decorrentes do não funcionamento pleno do Balcão do Empreendedor nas atividades abrangidas pelo Licenciamento Zero. Não se encontram sanados os problemas decorrentes do não funcionamento pleno do Balcão do Empreendedor.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
2	Restauração e Bebidas - Registo dos estabelecimentos	R	Durante o ano 2013, foram rececionados na Direção de Serviços 7.547 processos referentes a instalação, modificação e encerramento de estabelecimentos de restauração e de bebidas, a que correspondeu uma média mensal de cerca de 630 processos. Foi constituída uma "task force" para recuperação de atrasos no registo destes processos a qual iniciou funções em finais de outubro, tendo, até ao final do ano, sido registados na Base de Dados da Restauração e Bebidas 3.070 processos (a que corresponde uma média semanal pós "task force" de processos inseridos de cerca de 280). No total, foram registados, durante o ano 2013, 5.777 processos.
3	Registo dos estabelecimentos de serviços cujo funcionamento pode envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas	R	Durante o ano 2013, foram rececionados e tratados na Direção de Serviços 2.413 processos referentes a instalação, modificação e encerramento de estabelecimentos de serviços cujo funcionamento pode envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas, a que correspondeu uma média mensal de cerca de 201 processos. Estes processos deram origem à emissão de 1.933 comprovativos de entrega de declarações.
4	Atividade Funerária - Registo dos estabelecimentos e responsáveis técnicos, e outros procedimentos referentes à atividade.	R	Todas as notificações relativas a estes estabelecimentos foram registadas na base de dados. Quanto aos procedimentos, foi submetido para apreciação da tutela conjunta (saúde e economia) um projeto de portaria regulamentadora da atividade de tanatopraxia, que se encontra para apreciação na Direção-Geral de Saúde. Na sequência da proposta da APPSF de alteração ao artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de outubro, foi elaborado um projeto de diploma que aguarda aprovação superior.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
5	Preparação e acompanhamento da implementação do novo Regime Jurídico da Atividade Comercial e de Serviços (RJACS)	R	A Direção de Serviços participou em diversas reuniões com os gabinetes dos Srs. SE e ME, emitiu diversas notas e memorandos sobre as matérias constantes deste Regime, tendo dado parecer sobre as várias versões do diploma que foram sendo elaboradas. Ainda não se encontra consolidada a versão definitiva deste diploma.
6	Atualização de informação DGAE no Balcão Único dos Serviços (Balcão do Empreendedor).	R	Foram elaboradas notas sobre o BdE e as plataformas de licenciamento nele alojadas, foi feito o preenchimento e submissão das fichas de serviços no BdE, o levantamento das formalidades no BdE o levantamento das taxas aplicadas pelos municípios, a identificação de problemas detetados no âmbito da plataforma eletrónica. Foram igualmente realizados apuramentos mensais do cadastro.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
7	Elaboração de projetos e emissão de pareceres relativos a diplomas relacionados com atividades de serviços e preços.	R	<p>Durante o ano 2013, a Direção de Serviços elaborou e emitiu 95 pareceres relativos a diplomas nas áreas dos serviços e preços.</p> <p>Na área dos serviços, emitiu pareceres sobre licenciamentos de diversas atividades de serviços, nomeadamente, espetáculos e divertimentos públicos, cinema 5D, bronzamento artificial, diversão itinerante, podologia, animação turística e operadores marítimo- turísticos, pesca lúdica marítima, portos de pesca e marinas de recreio, atividade de ama, trabalhos arqueológicos, recintos fixos de espetáculos e divertimentos públicos não artísticos, mergulho profissional, nadador-salvador, empreendimentos turísticos, segurança rodoviária.</p> <p>Foram emitidos pareceres sobre diversos regimes jurídicos, nomeadamente sobre PIRC, exercício de atividade pecuária, utilização de reproduções de armas de fogo, grafitos, intermediação de crédito, instituições de ensino superior, partilha de dados informáticos, sistemas de segurança privada, avaliação do impacte ambiental.</p> <p>Na área dos preços, refira-se a emissão de parecer sobre regime de preços das tiras-testes para medição de glicémia, preços de referência de medicamentos genéricos, alteração do regime jurídico dos medicamentos de uso humano, regime geral dos preços e participações do Estado no preço dos medicamentos.</p>
8	Assegurar as funções de coordenação nacional e comunitária para a assistência mútua e cooperação entre autoridades administrativas competentes no quadro do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI).	R	<p>Registo de utilizadores registados na plataforma IMI, atualização dos utilizadores, encaminhamento dos pedidos, emissão e recuperação de <i>passwords</i>; participação em sessões de formação sobre aplicação do IMI; apresentação pública do Sistema.</p>

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
9	Assegurar as funções de coordenador nacional e entidade de supervisão central para a Diretiva Serviços, nos termos do DL 92/2010	R	<p>No âmbito da transposição setorial da Diretiva Serviços, a Direção de Serviços emitiu pareceres sobre acesso e exercício de diversas atividades, nomeadamente, artista tauromáquico e auxiliar de espetáculo tauromáquico, espetáculo tauromáquico, gestão coletiva de direitos de autor, prestação de serviços com veículos pronto-socorro, estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas. Parecer sobre as Portarias SIR e ZER.</p> <p>Foram ainda emitidos pareceres sobre a Lei-quadro das Associações públicas profissionais e sobre as seguintes Ordens: dos Revisores oficiais de contas, dos Despachantes oficiais, dos Médicos veterinários e dos Nutricionistas.</p> <p>A Direção de Serviços elaborou diversos pontos de situação sobre adaptação setorial dos regimes e ainda para as 7ª, 8ª e 9ª revisões da aplicação do PAEF-MoU e participou em diversas reuniões nacionais sobre aplicação da Diretiva e ainda na 47ª reunião de peritos, em Bruxelas.</p>
10	Manuais Escolares - Negociação e acompanhamento da Convenção aplicável ao ensino básico e secundário.	R	<p>A Convenção em vigor que estabelece as regras de determinação dos preços máximos dos manuais escolares destinados aos Ensinos Básico e Secundário foi celebrada com a Associação Portuguesa de Editores Livreiros em março de 2012 e aplica-se a 4 anos letivos (até ao ano letivo 2015/2016). A convenção atualmente em vigor, não foi denunciada, pelo que se mantêm os preços para o ano letivo de 2014/2015. Em 2013, a Direção de Serviços deu resposta a pedidos de informação da APEL e do gabinete do SE.</p>

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
11	Táxis - Negociação e acompanhamento da Convenção referente ao tarifário do Serviço de Transporte de Passageiros em Táxi.	R	De acordo com a convenção celebrada em 27/12/2012, o tarifário dos táxis entrou em vigor em 1 de janeiro de 2013, estando a convenção em vigor até 31 de dezembro de 2014. Durante o ano 2013 foram enviados aos operadores cerca de 1.200 ofícios e 1.500 cópias da convenção com o respetivo autocolante.
12	Água - Negociação da Convenção de preços do abastecimento de Água pela EPAL	R	A Direção de Serviços desenvolveu os trabalhos preparatórios e as consultas a diversas entidades, nomeadamente à ERSAR, que culminaram com a celebração, em 5 de julho de 2013, da Convenção da Água entre a DGAE e a EPAL que fixou as tarifas da água em 2013 para Lisboa e municípios limítrofes. Esta Convenção foi já denunciada pela EPAL, pelo que, no início de 2014, serão iniciados os procedimentos para assinatura da próxima Convenção.
13	Preços de Medicamentos - emissão de pareceres no âmbito da audição prevista na lei.	T	A competência para a fixação de preços transitou para o INFARMED em 01/08/2012. Todavia, a DGAE continuou a assegurar o cálculo dos preços até 11/03/2013. Até 12/03/2013 foram emitidos pareceres sobre 26 PVP de medicamentos de marca e 110 PVP de medicamentos genéricos.
14	Comissão de Acompanhamento do Protocolo celebrado pelo Estado (Ministério da Saúde, Ministério das Finanças e da Administração Pública e Ministério da Economia e do Emprego) e a APIFARMA	R	Durante o ano 2013, esta Comissão reuniu três vezes, tendo esta Direção de Serviços acompanhado as negociações relativas à contenção de gastos no setor do medicamento, ambulatorio e hospitalar, entre a APIFARMA, representante da indústria farmacêutica e a Administração.
15	Programa de avaliação de impacte na saúde de políticas de outros setores	R	Na qualidade de Ponto focal do ME, Paula Santos fez uma intervenção no workshop de "Capacitação de Avaliação de Impacto na Saúde", a qual resultou de uma prévia consulta a outros organismos do ME, nomeadamente à DGC e à ASAE.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
16	Apoio a agentes económicos e associações empresariais, bem como resposta a pedidos de esclarecimentos sobre assuntos diversos.	R	Para além de reuniões com Associações, elaboração de diversas Notas com análise de questões apresentadas à DGAE, nomeadamente, sobre podologia, selos temporais, <i>patent linkage</i> e arbitragem obrigatória, alvará de serviços florestais e agrícolas, dispositivos médicos e organismo notificado, taxa de ocupação turística, tabelas de preços convencionados no setor das análises clínicas.
17	Participação em reuniões e trabalhos do GT EPG Política de Empresa, Ambiente e Energia da COM EUR	R	Reunião em fevereiro com troca de informação relativa às áreas temáticas da Divisão.
18	Elaboração de contributos para a participação de membros do Governo e Diretor-Geral no âmbito da UE (Conselhos e outras reuniões relevantes) e em reuniões no âmbito da OCDE.	R	Elaboração de comunicações com contributos para apoio ao processo de tomada de decisão nas áreas temáticas da Divisão.
19	Elaboração de pareceres sobre temas da sustentabilidade	R	A elaboração de pareceres relativas à temática da sustentabilidade: a) No âmbito da diretiva relativa aos gases fluorados com efeito de estufa; b) No âmbito do acompanhamento da diretiva para a divulgação de informação não financeira por parte de certas grandes sociedades e grupos;
20	Participação no Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional.	R	Participação, em representação da DGAE, na reunião realizada em junho.
21	Participação no Conselho Consultivo do Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)	R	Participação, em representação da DGAE, nas 9ª e 10ª reuniões do Conselho Consultivo.
22	Participação no Conselho Nacional da Água e na Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano Nacional da Água.	R	Participação, em representação da DGAE, nas reuniões realizadas em julho, agosto e outubro.
23	Comissão Consultiva de Responsabilidade Ambiental (CCRA), em representação do ME.	NR	Dada a ausência de convocatória por parte da entidade competente, não houve participação formal da DGAE.
24	Acompanhamento da aplicação do GT de Aplicação do Plano Nacional para a Eficiência Energética na Administração Pública (ECO-AP)	NR	Este dossiê era acompanhado pela DSI, tendo sido transferido no final do ano.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
25	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC): Participação no Grupo Coordenador no âmbito da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e elaboração da estratégia para a indústria	R	Desde outubro de 2013 e até ao termo do ano, realizou-se a 10.ª Reunião de Coordenação do ENAAAC, a qual contou com a presença de dois colaboradores da DDS. Na sequência da estratégia apresentada para o sector da Indústria (setembro de 2013), foi elaborado o contributo dos Serviços, transmitido por correio eletrónico, com comentários e sugestões relevantes à temática da Adaptação no âmbito do Acordo de Parceria – QFP 2014-2020 para aplicação dos fundos estruturais para o período 2014-2020.
26	Participação na negociação das medidas de implementação do sistema do comércio de emissões (SCE)	NR	Este dossiê era acompanhado pela DSCAEI, tendo sido transferido no final do ano.
27	Participação no GTI da COM EUR sobre <i>Benchmarks</i> do SCE.	NR	Desde de outubro, a DDS assistiu, na qualidade de observador, a uma vídeo conferência do <i>Informal Technical Working Group on Benchmarks with Member States</i> , tendo a representação portuguesa sido efetuada pela APA.
28	Participação no Fórum de troca de informação sobre Melhores Técnicas Disponíveis (MTD).	NR	Este dossiê era acompanhado pela DSI, tendo sido transferido no final do ano.
29	Participação no Programa Eco Inovação do CIP (Ponto Focal Nacional).	NR	Este dossiê era acompanhado pela DSCAEI, tendo sido transferido no final do ano.
30	Participação, em representação do ME, no projeto Eco inovação e Grupo de Alto Nível.	NR	Este dossiê era acompanhado pela DSCAEI, tendo sido transferido no final do ano.
31	Participação no Grupo de Trabalho do SNIERPA - Sistema Nacional de Inventários de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos.	NR	Este dossiê era acompanhado pela DSI, tendo sido transferido no final do ano.
32	Acompanhamento dos trabalhos sobre a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	NR	Este dossiê era acompanhado pela DSI, tendo sido transferido no final do ano.
33	Acompanhamento dos trabalhos relativos à Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade	NR	Não houve qualquer solicitação dirigida à DGAE por parte da entidade competente.
34	Participação na Comissão Consultiva para a Prevenção e Controlo Integrados da Poluição	NR	Este dossiê era acompanhado pela DSI, tendo sido transferido no final do ano.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
35	Implementação nacional do regulamento relativo a um sistema de rótulo ecológico da EU	R	Acompanhamento e análise de candidaturas, com emissão de pareceres e assinatura de contratos/licenças. Realização de esclarecimentos diversos juntos de promotores. Cobrança de taxas.
36	Participação em <i>workshops</i> para a divulgação do sistema de atribuição do rótulo ecológico da EU	NR	Face à escassez de recursos humanos foi possível ter uma ação pró-ativa neste domínio.
37	Participação, na qualidade de Organismo Competente Nacional, nas reuniões do Comité do Rótulo Ecológico da UE e nas reuniões presidenciais (CE).	R	Assegurada a participação em duas das três reuniões agendadas para o ano de 2013. Transmitida a posição nacional sobre as matérias em discussão.
38	Colaboração com os serviços da Comissão Europeia e restantes Organismos Competentes do Rótulo Ecológico da União Europeia na troca de informações e esclarecimentos relativos à gestão do sistema.	R	Ocorreu ao longo de todo o ano.
39	Avaliação de candidaturas com vista à atribuição do Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	Acompanhamento e análise de 10 (dez) candidaturas, com emissão de pareceres e assinatura de 6 (seis) contratos/licenças.
40	Respostas a questões dos agentes económicos sobre o Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	Procedeu-se à resposta junto dos agentes económicos, de acordo com as solicitações ocorridas ao longo de todo o ano.
41	Realização de verificações para atribuição do Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	Foram efetuadas 3 (três) visitas de verificação.
42	Elaboração de contratos no âmbito do Rótulo Ecológico da União Europeia.	R	Foram elaborados 6 (seis) novos contratos e realizadas adendas aos contratos em vigor, em resultado da renovação por alteração das decisões correspondentes.
43	Comunicação à Comissão Europeia das licenças de utilização do Rótulo Ecológico da UE atribuídas a nível nacional.	R	Comunicação à CE ao longo de todo o ano, em função das atribuições de licenças atribuídas.
44	Divulgação nos meios de comunicação social do Rótulo Ecológico da União Europeia.	NR	Face à falta de recursos financeiros e humanos foi possível realizar esta atividade.
45	Participação na qualidade de Organismo Competente Nacional nas reuniões do Comité ECODESIGN (CE).	R	Presença nas reuniões e transmissão de parecer com posição PT sobre as matérias em discussão.
46	Participação na reunião do Fórum Europeu de Acompanhamento da Implementação da Diretiva ECODESIGN (CE).	R	Presença na reunião realizada em março.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
47	Coordenação do GT Nacional ECODESIGN.	NR	A coordenação não se realizou ao nível do GT Nacional, mas sim através da auscultação e realização de reuniões de trabalho com os stakeholders preparatórias para definição da posição portuguesa sobre as várias temáticas, transmitidas no Comité Ecodesign.
48	Emissão de pareceres no âmbito de iniciativas da UE relativas às vertentes ar, água e resíduos.	R	Foi emitido parecer no âmbito da proposta de alteração da Diretiva 94/62/CE relativa a embalagens e resíduos de embalagens-sacos de plástico leves.
49	Emissão de pareceres no âmbito de iniciativas nacionais (incluindo revisão de legislação) relativas às vertentes ar, água e resíduos.	R	Foi emitido parecer no âmbito do projeto de licença a conceder à entidade gestora SOGILUB para gestão do sistema integrado de óleos minerais. Foi emitido parecer sobre projeto de licença a conceder à entidade gestora SIGERU, no âmbito do sistema integrado de gestão de embalagens e resíduos em agricultura.
50	Participação em reuniões de acompanhamento relativas à gestão de resíduos, incluindo acompanhamento das entidades gestoras de resíduos de embalagens.	R	Participação nas reuniões do Grupo de Trabalho SIGRE, Valorpneu, Valormed, promovidas pela APA
51	Emissão de pareceres relativos a licenças e relatórios de atividades das entidades gestoras de resíduos de embalagens (VALORMED, VALORFITO, SPV, incluindo o subsistema VERDORECA).	R	Foram emitidos pareceres aos vários relatórios de atividades das várias entidades gestoras de resíduos.
52	Eventual implementação do Trabalho Interministerial para a Elaboração do Plano Nacional de Promoção da Bicicleta e outros modos de Transporte Suaves (PNPB/MS), em representação do ME	NR	Atividade não realizada, na medida em que não foi dirigida qualquer solicitação aos Serviços.
53	Participação nas reuniões do Grupo de Alto Nível sobre Responsabilidade Social das Empresas (RSE).	NR	Desde outubro de 2013 e até ao termo do ano, houve duas reuniões GAN-RSE, das quais: a) 1.ª ocorreu em 7 novembro: tendo sido assegurada por um elemento da DGERT que participou no último grupo de Peer Review e apresentou o estado da arte da RSE em Portugal; b) 2.ª ocorreu em 20 de dezembro: não tendo havido qualquer representação de Portugal

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
54	Atualização da informação disponível no site da DGAE e produção de novos conteúdos.	NR	O levantamento dos dados a atualizar está em processo de identificação e deverá ser concretizado em 2014
55	Atendimento telefónico e presencial dos agentes económicos.	R	Realizado ao longo de todo o ano.
56	Apoio administrativo ao exercício das funções das 2 Divisões (Secretariado).	R	Realizado ao longo de todo o ano.

#### QUADRO XIV

#### ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS PREÇOS E SERVIÇOS E DA SUSTENTABILIDADE (DSPSS)

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
1	Assegurar as funções de coordenador nacional para a implementação da Diretiva Serviços.	T	Esta atividade veio transferida da DSCAEI. Após a transposição horizontal, Portugal promoveu a adaptação dos regimes setoriais de serviços. A implementação da Diretiva a nível setorial decorre desde 2010 e encontra-se em fase final. Entre os regimes cujo processo de conformação está em curso, salientam-se os que têm por objeto os estatutos e regulamentos das Associações Públicas Profissionais (14 ordens sujeitas à Diretiva Serviços), conformando-as com a Lei-Quadro das Associações Públicas Profissionais. Faltam conformar 12 diplomas.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
2	Participação na Comissão Nacional de Direitos Humanos	R	Para efeitos de participação na CNDH, desde outubro: a) Foi assegurada a presença na 11ª reunião plenária da Comissão Nacional para os Direitos Humanos - 10 dezembro 2013 b) Foi constituída uma rede de contactos entre os diferentes organismos da administração direta e indireta do ME; c) Foi assegurada a presença no GT-Direitos das Crianças e compiladas informações sobre a matéria decorrentes da rede de contactos estabelecida para o ME d) Foram remetidos contributos para a elaboração do relatório de atividades de 2013 e) Foram remetidos contributos para o plano de atividades de 2014.
3	Participação no CT - 164 relativa à Responsabilidade Social	R	No âmbito deste CT ficou estabelecida a necessidade analisar a forma como se irá proceder à revisão da Norma Portuguesa 4469-1:2008 - Sistemas de gestão de responsabilidade social.
4	Participação no GT interdepartamental do ME no âmbito do Plano Nacional de Igualdade	R	No âmbito deste GT foram efetuadas as diligências com vista à elaboração do Plano de Ação para a Igualdade do ME

#### AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DOS PREÇOS E SERVIÇOS E DA SUSTENTABILIDADE (DSPSS)

No decurso do ano de 2013, a DSPSS definiu um Mapa Estratégico, de acordo com a metodologia *Balanced Scorecard*, de forma a desenhar um modelo gestor que permitisse de forma racional, no quadro de uma relação causa/efeito entre diferentes objetivos e perspetivas, atingir os seus objetivos qualitativos e tornar-se mais eficiente e eficaz.

No âmbito da sua Missão, a DSPSS tem com pressuposto de competências atuais e futuras apoiar com conhecimento técnico especializado a formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas sectoriais para as atividades de serviços e da sustentabilidade, fomentando a governação em rede, numa lógica de gestão para resultados/prestação de contas e de valor económico criado/satisfação do cliente.

Neste sentido, iniciou o desenho do seu modelo organizativo de trabalho, com o levantamento e desenho dos seus processos, de forma a tornar-se mais eficiente e eficaz, com a eliminação de procedimento redundantes e atividades sem valor acrescentado. Paralelamente, começou a desenhar os perfis de competências dos seus postos de trabalho, no sentido de aumentar a sua tecnicidade e, assim, possibilitar acrescentar mais-valia no contributo efetivo para a economia, no seu processo de apoio à formulação de políticas públicas nas dimensões de Serviços e Sustentabilidade.

No decurso deste ano, a DSPSS conseguiu, ainda, apoiar a construção da Agenda para a competitividade do Comércio e Serviços, com a proposta de criação de uma estrutura de governança – Conselho Estratégico – e, muito relevante, consolidar e maximizar o potencial da Diretiva de Serviços enquanto instrumento de Política Pública para a Economia Nacional.

Cumulativamente, a DSPSS, enquanto responsável e coordenadora da Diretiva Serviços, apoia o governo nos processos legislativos com a emissão de pareceres. Saliente-se os resultados atingidos neste quadro, em média 2 pareceres por semana, com total cumprimentos dos prazos estabelecidos

#### QUADRO XV

#### ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL (DSICE)

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
1	Proposta de medidas de simplificação dos procedimentos que envolvam contatos com o exterior.	R	Efetou-se um levantamento e de identificação, no universo Ministério da Economia, dos pontos de contato da rede ME nos domínios dos auxílios de Estado e das matérias relacionadas com o "Small Business Act". A nível de entradas, encontra-se centralizado e monitorizado através de um único canal, designadamente, pelo email <a href="mailto:dgae@dgae.pt">dgae@dgae.pt</a>

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
2	Gestão do conteúdo informativo do portal da DGAE.	R	Tendo por base 213 solicitações internas de alterações/inserções no site da DGAE, foram realizadas 213 inserções no prazo disponibilizado.
3	Emissão de pareceres relativos a solicitações pontuais provenientes de membros do Governo, Administração Pública em áreas afins da Competitividade e Inovação, no domínio internacional.	R	Várias notas elaboradas para apoio às visitas de S. Ex <sup>ª</sup> o Ministro da Economia ao estrangeiro. Diversos pareceres sobre propostas de legislação.
4	Preparação do dossiê, elaboração de contributos, participação nas reuniões e divulgação de informação em articulação com outros serviços da DGAE e com outros departamentos internos ou externos ao ME, no âmbito dos seguintes Grupos e Comités da U.E:	R	Ver abaixo
	- Grupo de Diretores Gerais de Política de Empresa (EPG);	R	3 reuniões
	- Subgrupo EPG da Política de Inovação;	R	2 reuniões
	- Grupo da Cooperação Industrial Euromed;	R	1 reunião
	- Comité do Espaço Europeu de Investigação (ERAC).	R	5 reuniões
	- Comité do Programa EIP (CIP);	R	3 reuniões
	- Steering Group eBSN;	R	1 reunião
	- Grupo SHERPAS - pontos de contacto nacionais para o <i>Small Business Act</i> (SBA);	R	3 reuniões
5	Coordenação dos dossiês de notificação de auxílios de Estado no âmbito do ME e acompanhamento de reuniões bilaterais, comunitárias e multilaterais no domínio da concorrência e auxílios de Estado.	R	A DGAE realizou duas notificações à Comissão Europeia de auxílios de Estado, através da intervenção como coordenador. Esteve presente, igualmente, em 22 Reuniões de coordenação europeia, integrando a Delegação Portuguesa, contribuindo para a elaboração da posição nacional.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
6	Elaboração de contributos técnicos para a preparação do dossiê do Conselho Competitividade, e do Grupo Competitividade e Crescimento, bem como para outros Conselhos no âmbito da UE. Relevam-se os contributos orientados para a preparação dos futuros Programas Europeus 2014-2020 - Horizon 2020 e COSME.	R	6 Conselhos Competitividade (4 Formais + 2 Informais)
7	Dinamização e acompanhamento dos trabalhos preparatórios da posição ME sobre o Programa Horizon 2020 em articulação direta com o Gabinete SEECI e concertação com a FCT/MEC e REPER, dando nota de todos os envoltentes e desenvolvimentos do tema.	R	A DGAE efetuou uma proposta de governança nacional para o Horizonte2020 e o Programa COSME no sentido de maximizar o aproveitamento destes instrumentos europeus. Neste quadro, diligenciou ainda 1 Reunião na SEC (DGAE+Gab SEIC+FCT+Gab SEC); 1 Reunião na DGAE/ME com Gab SEIC.
8	Assegurar a representação nacional nas reuniões dos Grupos e Comités internacionais, em articulação com outros serviços da DGAE e com outros departamentos internos ou externos ao ME, no âmbito de:	CA	Ver abaixo
	- OCDE: CIIE - Comité da Indústria, Inovação e Empreendedorismo;	R	2 reuniões
	- OCDE: WPSMEE - Grupo de Trabalho para as PME e Empreendedorismo;	R	2 reuniões
	- ONU: TOS/ICP - Grupo de peritos de Políticas de Inovação e Competitividade;	CA	A DGAE deixou de acompanhar este Grupo de Trabalho, por questões de racionalidade financeira/orçamental. (No âmbito do Comité para a Cooperação Económica e Integração (CECI), da CEE/ONU, foi decidido em Setembro de 2006 criar um Grupo de Especialistas em Políticas de Inovação e Competitividade (TOS-ICP – Team of Specialists on Innovation and Competitiveness Policies), que de acordo com os Termos de Referência adotados tem como principais objetivos identificar boas práticas e opções de políticas no âmbito da inovação e competitividade, e apoiar a sua ampla disseminação nos Estados Membros da CEE/ONU. Em 2007 a então DGE e o GEE passaram a integrar este Grupo).

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
9	Emissão de pareceres relativos a franquias aduaneiras, transformações sob controlo aduaneiro e respetivas taxas de rendimento.	R	Foram emitidos 5 pareceres. Em 23 de setembro de 2013 esta atividade foi transferida para a DSCI.
10	Elaboração de contributos técnicos solicitados pelo INE, envolvendo a concertação com os respetivos Serviços da DGAE.	CA	O INE não solicitou qualquer pedido
11	Dinamização dos contributos do ME para o GT comunitário das Indústrias Culturais e Criativas, criado no âmbito da Agenda Cultural Europeia, bem como emissão de pareceres técnicos. Dinamização e operacionalização da rede ME para a Cultura.	R	A DGAE desenvolveu uma rede interministerial, tendo em vista operacionalizar e monitorizar os procedimentos aplicáveis. 26 emails de divulgação e de dinamização.
12	Dinamização de Redes de pontos de contacto nacionais criadas pela DGAE, no âmbito da Política de Inovação, e-Business, Cultura/Indústrias Criativas.	R	Rede e-Business desativada dado que a última reunião do Comité e-BSN teve lugar em janeiro de 2013; Dinamização da Rede Cultura/Indústrias Criativas 1º semestre 2013; Rede Política de Inovação em fase de reestruturação
13	Emissão de pareceres relativos às solicitações pontuais provenientes de membros do Governo, entidades da Administração Pública, Associações, empresas e particulares, a nível nacional.	R	
14	Acompanhamento do QREN, nomeadamente do Programa Operacional Fatores de Competitividade. Acompanhamento e contributos na preparação do futuro QREN 2014-2020.	R	
15	Participação no Grupo de Trabalho das Classificações Económicas e Sociais, no âmbito do INE	R	Participação numa reunião.
16	Análise e emissão de parecer no âmbito da concessão de benefícios fiscais em operações de fusão/incorporação/cisão ou cooperação de empresas.	R	Foram emitidos 18 pareceres.
17	Apoio informático a outras Unidades Orgânicas da DGAE.	R	Com o reforço do departamento de Informática da DGAE, o apoio de cariz informático assenta na elaboração de produtos que prestem apoio à gestão e conteúdos de outros Serviços.
18	Colaboração com o IAPMEI no âmbito da organização da Semana Europeia da PME, destacando-se a apresentação de propostas de eventos a realizar em Portugal.	NR	Não foi realizado qualquer evento sob o patrocínio da Semana Europeia das PME

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
19	Recolha, tratamento e análise de dados estatísticos relativos a diversos sectores económicos nacionais em concertação com o GEE/ME, INE e Bases de Dados disponíveis, Markttest, Duns PEP, CCDRs, etc.	NR	Aposentação do técnico responsável.
20	Desenvolvimento, Gestão e Manutenção das Bases de Dados, a seguir indicadas:	R	
	- Base de Dados Entidades, que inclui Associações, Infraestruturas Tecnológicas e Científicas, Universidades, Clusters/Pólos de Competitividade e outras entidades com interesse para as empresas, a nível nacional e internacional;	R	Esta base de dados, que se encontra em permanente evolução, é monitorizada e atualizada (em caso de necessidade) semanalmente.
	- Base de Dados Investimentos, que inclui os novos investimentos de dimensão importante (PIN), nas áreas da indústria, comércio, serviços e turismo;	NR	Aposentação do técnico responsável
	- Base de Dados Isenções Fiscais, que inclui todos os processos submetidos pelas Empresas, a partir de 2005, no âmbito das isenções fiscais para operações de fusão/concentração.	R	Base de dados encontra-se finalizada, dada a nova legislação não contemplar a necessidade de parecer do Ministério da Economia.
21	Secretariado e apoio administrativo.	R	
22	Frequência de cursos de formação.	R	Frequência de 10 cursos de formação
23	Participação em Conferências, Seminários, Workshops, Sessões de Divulgação em áreas técnicas relevantes.	R	Participação em 25 ações, consubstanciadas em apontamentos/relatórios.

**QUADRO XVI**
**ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL (DSICE)**

Atividades	Níveis de	Ponto de situação em 31/12/13
------------	-----------	-------------------------------

N.º	Descritivo	realização	
1	Assegurar a participação da DGAE nas reuniões da Comissão Técnica da Agenda Portugal Digital	R	4 reuniões

#### AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL (DSICE)

Os objetivos da Direção de Serviços da Inovação e da Competitividade Empresarial (DSICE) foram, na sua grande maioria, cumpridos, correspondendo assim para os objetivos gerais da DGAE, inscritos no QUAR de 2013.

De salientar que o referido ano foi complexo, com mudança de Direção no princípio do ano, assim como, mudança de Diretor de Serviços, acarretando ajustamentos de orientações e metodologias.

De referir ainda que os objetivos da DSICE não cumpridos, não o foram por redução de pessoal, por via de aposentação dos Técnicos afetos à tarefas e, numa ótica de prioridades, não serem passíveis de serem realocados a outros colaboradores, dados os objetivos referidos não terem sido considerados relevantes para o cumprimento dos objetivos macro da DGAE, nem resultarem em si, perca de eficiência, eficácia e qualidade na prestação da DGAE no cumprimento da prestação de 2013.

**QUADRO XVII**
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA COORDENAÇÃO DOS ASSUNTOS EUROPEUS E INTERNACIONAIS (DSCAEI)**

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
1	Apoio à participação do membro do Governo nas reuniões ministeriais a nível da UE (Conselho de Ministros) ou promovidas por outras Organizações Internacionais, nomeadamente a OCDE, nas áreas de competência do ME, preparando o dossier de apoio à reunião	R	Entregues pastas de apoio para 100% das reuniões ministeriais, quer a nível da UE (6 Conselhos Competitividade, 5 Conselhos Transportes, 2 Conselhos Telecomunicações, e 4 Conselhos EPSCO), quer da OCDE (a reunião ministerial e a Cimeira Ministerial do Fórum Internacional dos Transportes). Preparação da participação Ministerial na Conferencia sobre Emprego Jovem em Berlim; Conferência sobre Transporte Rodoviário em Vilnius; Conferência dos Ministros dos Transportes no âmbito da Parceria Oriental, no Luxemburgo; Conferência Ministerial dos Transportes da União para o Mediterrâneo (UPM), em Bruxelas; Preparação do Encontro Ministerial PT/ES na área dos Transportes, em Maio, em Lisboa, para assinatura do Acordo FAB SW entre os dois Estados, e da Declaração de Intenções sobre cooperação em matéria de infraestruturas e transporte ferroviário, entre os gestores de infraestrutura e operadores ferroviários de ambos os países. Foi, ainda, dado apoio à participação ministerial na Cimeira Luso-Espanhola, realizada em Madrid, em Maio, e aos encontros entre o Senhor ME e a Ministra do Fomento Espanhola, Ana Pastor, respetivamente, em Março, em Lisboa, em Abril, em Madrid e em Junho, aquando da viagem experimental da ligação ferroviária Porto-Vigo, na qual participou, também, o DG da DGAE.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
2	Apoio à participação dos membros da Direção da DGAE em reuniões de alto nível, no âmbito da UE ou promovidas por outras Organizações Internacionais, nas áreas de competência do ME, preparando o dossiê de apoio à reunião	R	Preparados elementos de apoio para 3 reuniões do Grupo Alto Nível Competitividade e Crescimento, para 5 reuniões do Conselho Executivo do CFM nº 4 e para outras reuniões com vários <i>stakeholders</i> e grupos consultivos no âmbito do CFM nº 4; para a 1ª reunião da Assembleia Geral do AEIE do CFM4; para a 1 reunião da Assembleia Geral do AEIE/AVEP; reunião com o Ministro Conselheiro da Embaixada da Polónia em Lisboa sobre Cabotagem; Reunião com DGCONNECT no âmbito da preparação de Relatório de Progresso sobre o Quadro Regulamentar das Telecomunicações Eletrónicas e reunião de Coordenação de Assuntos Europeus na área dos Transportes com a Conselheira da REPER, realizada no GSEITC, em Abril.
3	Apoio à participação do Vogal do ME, nas reuniões da CIAE e em todas as atividades relacionadas	R	Preparados elementos de apoio para as 9 reuniões que tiveram lugar em 2013
4	Acompanhamento, dinamização e apoio aos serviços da DGAE e organismos do ME em matéria de transposição de diretivas, de processos de pré-contencioso (piloto e clássico) e de contencioso da UE, incluindo contactos com os Gabinetes do ME e das SE	R	Acompanhamento de 36 processos de transposição, 17 processos de pré-contencioso e 33 processos de pilotos

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
5	Acompanhamento das negociações em Grupos da Comissão e do Conselho da UE, de matérias da competência do ME, através da coordenação e dinamização da elaboração de comentários e definição de posição, a enviar para a REPER via MNE	R	Acompanhamento das negociações nos: GT Consumidores (programa Consumidores 2014-2020, Regulamento Segurança produtos, Revisão diretiva viagens), GT Competitividade e Crescimento (Politica industrial, Plano Empreendedorismo, Melhor Regulamentação, Regulamento Fiscalização do Mercado), GT Harmonização técnica (equipamentos de radio, veículos a motor, adaptação de várias diretivas ao Novo Quadro Legislativo), GT Questões Sociais (Destacamento trabalhadores, Garantia Jovem, Serviços Públicos de Emprego, Fundo Europeu Globalização, Aliança Europeia Aprendizagem, Programa da UE para a Mudança e a Inovação Social , melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres no cargo de administrador não-executivo das empresas, condições de entrada e residência de nacionais de países terceiros para efeitos de investigação, estudos, voluntariado, livre circulação de trabalhadores, adaptação de várias diretivas ao Regulamento (CE) n.º 1272/37 relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas), GT Energia (mercado interno de energia, redes transeuropeias - energia, infraestruturas energéticas, Ecodesign, Rotulagem energética, segurança das atividades offshore de petróleo e gás, relações externas no domínio da energia, Carta de Energia, tecnologias e inovação no domínio da energia) e GT Ad Hoc "ILUC"(alteração Diretiva sobre qualidade dos combustíveis e Diretiva sobre energias renováveis)

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
	Cont.		<p>Acompanhamento e apoio às Negociações no GT Transportes Terrestres do Conselho nos seguintes dossiers: Pacote Inspeção Técnica dos Veículos; Proposta de Regulamento "Tacógrafo"; Pacote Sistemas Inteligentes de Transportes e quarto Pacote Ferroviário. Neste âmbito foi constituído um GT nacional coordenado pela DGAE para acompanhamento da negociação do 4º Pacote Ferroviário. No quadro do GT Transporte Aviação foram acompanhadas as negociações dos seguintes temas: Terceiro Pacote Aéreo; Revisão do Pacote Céu Único Europeu; Reg. relativo ao Reporte das Ocorrências na Aviação Civil; Regime do Comércio de Emissões - Aviação - RCE/ETS; Revisão legislação sobre Direitos dos Passageiros do T. Aéreo; Transparência dos Preços na Aviação; Revisão Regulamento SESAR-Single European Sky Air Traffic Management Research (empresa comum gerida pela COM); Acordo Euro-mediterrânico UE-Israel; Novo mandato para negociação do Acordo Global de T. Aéreo UE-BRASIL; Acordo de T. Aéreo UE-RÚSSIA; Negociação Acordos T. Aéreo UE-Ucrânia, UE-Azerbaijão e UE-Tunísia. Acompanhamento das negociações do GT Transporte Marítimo do conselho, nos seguintes <i>dossiers</i>: Pacote Política Portuária: Comunicação da COM-Portos: um motor para o crescimento-Regulamento sobre acesso ao mercado dos serviços portuários e a transparência financeira dos portos; Comunicação da COM sobre Segurança dos Navios Passageiros; Regulamento Financeiro Plurianual das Atividades da EMSA-Agência Europeia de Segurança Marítima; Implementação da Convenção de Trabalho Marítimo (MLC) da IMO; Implementação até 2015 dos novos requisitos sobre o conteúdo de enxofre nos combustíveis navais; Proposta decisão relativa à adesão Convenção Internacional de Torremolinos sobre a segurança dos navios de pesca.</p>

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
	Cont.		<p>No Grupo Questões Intermodais e Redes acompanharam-se os seguintes dossiers: Proposta de Regulamento sobre Orientações para o desenvolvimento da RTE-T (Transportes); Proposta de Regulamento Implementação e exploração dos Sistemas Globais de Navegação por Satélite - GNSS; Proposta de Regulamento relativo à GSA (Agência do GNSS); Pacote Energia Limpa para os Transportes - Diretiva para a criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos. Neste âmbito foi constituído o GT nacional para acompanhamento da negociação do Pacote Energia Limpa para os Transportes coordenado pela DGAE. Foram acompanhadas as negociações no GT Telecomunicações nos seguintes temas: Proposta de Regulamento sobre Orientações para o desenvolvimento da RTE-T (Telecomunicações); Proposta de Regulamento relativo à ENISA (Agência Europeia Segurança das Redes); Pacote de Reforma sobre Proteção de Dados; Proposta de Regulamento relativo à Identificação Eletrónica e aos Serviços de confiança para as Transações Eletrónicas no Mercado Interno (eIDAS); Proposta Diretiva sobre Acessibilidade dos Sítios Web do Setor Público; Proposta de Regulamento Medidas Redução Custos Implementação Infraestrutura Banda Larga; Estratégia de Cibersegurança; Proposta de Diretiva Medidas Segurança das Redes e da Informação. No âmbito do Grupo Amigos da Presidência (CEF) foi dado apoio à negociação da Proposta de Regulamento que institui o Mecanismo Interligar Europa (CEF - Connecting Europe Facility)-Vertente Transportes; Proposta Regulamento que institui o Mecanismo Interligar Europa (CEF)-Vertente Telecomunicações; Alinhamento dos Corredores Ferroviários de Mercadorias com os Corredores da Rede Principal no âmbito da RTE-T. Foi, também, acompanhada a cooperação UE-Balcãs Ocidentais na área dos Transportes; a cooperação UE-Parceria Oriental na área dos Transportes; a cooperação UE-Mediterrâneo na área dos transportes e telecomunicações.</p>

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
6	Participação em reuniões dos GT de Conselho em matérias da competência do ME, que envolvem coordenação inter ou intra-ministeriais	R	Participação no Comité de Reconhecimento Mútuo de dezembro. Por questões financeiras e necessidade de definição de prioridades, ficou estabelecido que os GT do Conselho seriam acompanhados pelo respetivo REPER. No entanto, a preparação das posições nacionais a assumir pelo REPER foram sempre coordenadas por desta DSCAEI
7	Participação em reuniões interministeriais convocadas pelo MNE, para coordenação de posições nacionais sobre <i>dossiers</i> em negociação na UE	R	Participação em reuniões de coordenação interministeriais, na DGAE/MNE, sobre: Condicionalidades <i>Ex-ante</i> - Políticas de Coesão 2014-2020, Pacote legislativo sobre Segurança de Produtos e Fiscalização do Mercado", <i>Backloading</i> (Comércio de Emissões), Emissões CO2 Veículos Novos de Passageiros e Emissões CO2 de Veículos Comerciais Ligeiros, Emissões CO2 Transportes Marítimos, Gases Fluorados com Efeito de Estufa, Tributação Energética (convocadas pelo Ministério das Finanças /AT), Gestão de direitos de autor, Política industrial, Indústria de defesa, Parcerias Europeias de Inovação, Branqueamento de capitais, Tabaco, Transposição de legislação, Contratos Públicos, SOLVIT, Estatuto fundação europeia, Iniciativa PME, Processos Piloto UE. Processos de Infração nas áreas das telecomunicações e transportes. Reunião de coordenação Pacote legislativo "Proteção de dados pessoais e livre circulação desses dados".

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
8	Convocação de reuniões de coordenação intra-ministeriais para o acompanhamento de negociações internacionais, que envolvam vários departamentos do ME	R	Reunião com IMT (julho) para preparação da participação no Comité de Assistência Financeira da RTE-T. Realização de reuniões intra-ministeriais sobre Emissões CO2 veículos novos de passageiros e Emissões CO2 veículos comerciais ligeiros, preparação reunião ministerial OCDE, Ecodesign, gases fluorados, condicionalidades Ex-ante - políticas de coesão 2014-2020, <i>Backloading</i> , Tributação energética, Pacote "Segurança de produtos e fiscalização do mercado", Política Industrial, Regulamentação Inteligente, Política de Empresa, Harmonização técnica (veículos a motor), Indústria da defesa
9	Coordenação e difusão da posição do ME em <i>dossiers</i> que não são da sua competência mas que envolvem interesses diretos ou indiretos	R	Contributos para as negociações nos GT Saúde (Tabaco), Serviços Financeiros (branqueamento de capitais, Contratos Públicos e Demonstrações não financeiras), Questões Fiscais (Tributação Energética), Grupo Ambiente (emissões CO2 veículos ligeiros de passageiros e emissões CO2 veículos comerciais ligeiros, emissões CO2 transportes marítimos, backloading, diretiva sacos de plástico, Avaliação do Impacto Ambiental, pacote energia-clima, reciclagem de navios, transferência de resíduos, alterações climáticas, comércio de emissões /aviação, gases fluorados, rótulo ecológico), Grupo Amigos da Presidência (Connecting Europe Facility - CEF) - contributos sobre vertente Energia da Proposta de Regulamento que institui o Mecanismo Interligar a Europa (CEF), Grupo SHERPAS-UEM (UEM/próximas etapas)

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
10	Preparação da presidência portuguesa do GTMO 5+5 - Grupo de Ministros dos Transportes do Mediterrâneo Ocidental e organização da Conferência de Ministros, que deverá ocorrer previsivelmente em Março de 2014	R	Participação na reunião de peritos do GTMO 5+5, que teve lugar, em julho, em Barcelona. Preparação e participação na reunião ministerial UpM de novembro. Realização de várias reuniões de preparação do evento, quer no Gabinete, quer na DGAE com a Secretaria Geral. Contactos com empresas de organização de ventos e hotéis potencialmente interessados.
11	Coordenação das atividades de natureza financeira e técnica do ME relacionadas com a Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T)		Preparação e participação em reuniões do Comité de Assistência Financeira da RTE-T (janeiro, julho e novembro). Validação de 7 candidaturas no âmbito dos concursos 2012 da RTE-T (programas anual- 2 e plurianual - 5I). Comunicação dos resultados de 10 candidaturas às entidades envolvidas. Acompanhamento do processo submetido à Agência de Execução da RTE-T do Plano de Ação Estratégica (PT, ES, FR). Validação de 2 de dois <i>Action Status Report</i> (que foram depois aprovados pela Agência). Validação e submissão à Agência de 3 pedidos de pagamentos finais, bem como acompanhamento de outras decisões da Agência. Coordenação dos exercícios relativos ao relatório de progresso 2013 e relatório de implementação das orientações RTE-T. Apoio aos organismos ME no acesso ao portal TEN-Tec
12	Coordenação e dinamização do acompanhamento das negociações em organizações internacionais, nomeadamente OCDE e ONU, no quadro das competências do ME	R	Contributos sobre Novas Abordagens para Desafios Económicos - OCDE (GT NAEC), Construção Naval, Estratégia OCDE "SKILLS", Orientações Estratégicas, questionário sobre regulamentação do produto
13	Coordenação da intervenção do ME em questões de ligação entre grandes temas UE e respetiva implementação a nível nacional	CA	As competências da DGAE no âmbito da rede nacional para a implementação da então Estratégia de Lisboa desapareceram porque essas funções foram absorvidas pelo Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro Carlos Moedas

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
14	Recolha, tratamento e difusão atualizada de informação sobre iniciativas e eventos comunitários e internacionais com reflexos ou interesse para o ME, bem como sobre concursos para ingresso nas instituições comunitárias e possíveis ações de cooperação com países membros, países candidatos ou países terceiros	R	Tratamento diário da informação recebida na DSCAEI enquanto ponto de contacto do ME para assuntos internacionais, difusão pelos respetivos técnicos no sistema de gestão documental. Difusão de vagas para a Comissão Europeia. Tratamento dos pedidos de prorrogação do destacamento de funcionários de organismos nacionais na Comissão Europeia (2). Tratamento dos pedidos no âmbito do TAIEX - metrologia, energia.
15	Contribuição para os desenvolvimentos a nível nacional e comunitário no quadro da preparação da Estratégia UE 2020 e Horizonte 2020	R	Participação em reuniões organizadas pela FCT no quadro da promoção e dinamização do envolvimento dos interessados em projetos no âmbito do H2020 nas áreas do Espaço, Aeronáutica e GT Transportes de superfície
16	Participação no GT criado para a as portarias previstas no Decreto-Lei nº104/2011 de 6 de outubro, que transpõe a Diretiva Contratos Públicos na Defesa e Segurança, em representação do ME	R	A DGAE colaborou na preparação dos diplomas que já foram publicados. Dossier encerrado.
17	Implementação do SIADAP	R	Realizada nos prazos definidos.
18	Contribuição para a melhoria do conteúdo do site da DGAE	R	Divulgação de convites à apresentação de propostas no âmbito do Programa de Trabalho Anual 2013 e Plurianual no domínio da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T). A escassez de recursos humanos não permitiu maior contributo para a atualização do <i>site</i> .
19	Apoio de secretariado e administrativo às atividades da DS	R	Realizado de acordo com as atribuições

## QUADRO XVIII

### ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA COORDENAÇÃO DOS ASSUNTOS EUROPEUS E INTERNACIONAIS (DSCAEI)

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
1	Colaboração para pastas de apoio coordenadas pela DSCI para reuniões bilaterais de nível ministerial	R	Elaboração de elementos de apoio para os eventos bilaterais com Espanha, França, Itália, Reino Unido e Canadá
2	Colaboração na preparação das reuniões preparatórias e na própria Cimeira Luso-Espanhola	R	Elaboração de elementos de apoio
3	Encontro MEE com Embaixadores em Lisboa - balanço PRES Irlandesa	R	Elaboração de uma pasta de apoio
4	Encontro entre MEE e Ministra do Fomento de Espanha na viagem experimental da ligação ferroviária Porto-Vigo	R	
5	Proposta de coorganização de um workshop sobre Ciber-segurança	R	Apoio à ANACOM na preparação do evento
	Preparação da visita do PM e ME à Comissão Europeia, novembro 2014	R	Elaboração de elementos de apoio

### AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DA COORDENAÇÃO DOS ASSUNTOS EUROPEUS E INTERNACIONAIS (DSCAEI)

#### 1 - Atividades e projetos de maior relevância ou impacto:

- **Atividade n.º 1** - Apoio à participação do membro do Governo nas reuniões ministeriais a nível da EU e da OCDE, bem como em sessões especiais, temáticas ou regionais.

Foi preparado o dossier de apoio para 100% das reuniões ministeriais, sendo ao nível da UE, 6 Conselhos Competitividade, 5 Conselhos Transportes, 2 Conselhos Telecomunicações, e 4 Conselhos EPSCO. Na OCDE, a reunião ministerial e a Cimeira Ministerial do Fórum Internacional dos Transportes.

- **Atividade n.º 2** - Apoio à participação dos membros da Direção da DGAE em reuniões de alto nível, da UE e noutras Organizações Internacionais. Foram preparadas pasta de apoio para 3 reuniões do Grupo Alto Nível Competitividade e Crescimento, para 5 reuniões do Conselho Executivo e Grupos Consultivos no âmbito do CFM nº 4, entre outras mais específicas.

- **Atividade n.º 4** – coordenação dos procedimentos de transposição de diretivas, processos de pré-contencioso (piloto e clássico) e de contencioso da UE-

- **Atividade n.º 5** – coordenação do acompanhamento das negociações em Grupos da Comissão e do Conselho da UE das medidas e políticas da UE. Acompanhamento das negociações nos Grupos de Trabalho Consumidores, Competitividade e Crescimento, Harmonização Técnica, Questões Sociais, Energia, Transportes Terrestres, Transporte Aviação, Transporte Marítimo.

- **Atividade n.º 11** - Coordenação das atividades de natureza financeira e técnica do ME relacionadas com a Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T). As ações mais relevantes prenderam-se com a participação em reuniões do Comité de Assistência Financeira da RTE-T; Validação de 7 candidaturas no âmbito dos concursos 2012 da RTE-T; Comunicação dos resultados de 10 candidaturas às entidades envolvidas. Acompanhamento dos processos, decisões, exercícios de reporte, avaliação, planeamento e execução, entre PT e a Agência de Execução da RTE-T, e ainda o acesso ao portal TEN-Tec.

## **2 - Atividades ou projetos cujos objetivos não foram cumpridos ou que apresentam resultados insuficientes e análise das respetivas causas internas e externas.**

Se bem que a missão envolva trabalhos de elevada complexidade e dimensão e o serviço tenha de responder a um considerável número de solicitações externas, os objetivos foram plenamente atingidos, com resultados reconhecidos, se bem que no limite dos recursos humanos disponíveis, os quais foram sendo reduzidos ao longo do ano, pois os que entraram não compensaram o número dos que saíram.

Devo pois salientar que a missão foi cumprida com grande sacrifício e dedicação dos funcionários do serviço, motivado pelo sentido de dever.

Mas como no corrente ano de 2014 foram entretanto novamente reduzidos, colocam-se sérias preocupações a este propósito, pelo que urge atuar no sentido de preencher as carências que atualmente se verificam.

**QUADRO XIX**
**ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS RELAÇÕES BILATERAIS E MULTILATERAIS (DSCI)**

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
1	Coordenar, preparar e participar em reuniões, encontros e intervenções da responsabilidade do ME na área do comércio internacional (preparar documentos de apoio e contributos para a intervenção da Tutela em diversos fora).	R	A DPCE coordenou, preparou e participou em reuniões, na área do Comércio internacional
2	Coordenar e definir a contribuição do ME para a posição portuguesa na vertente do comércio internacional, em diversos fora da UE (Comité Política Comercial - CPC - Titulares, Suplentes, Serviços e Investimento, Comité do Aço, Têxteis e outros Sectores Industriais - STIS, Questões Comerciais e Reconhecimento Mútuo), noutros Comités e Grupos do Conselho, nomeadamente o Grupo SPG. Elaboração atempada de relatórios com indicação de follow-up.	R	A DPCE definiu a contribuição do ME, na vertente do comércio internacional, nos diversos fora da UE
3	Contribuir para a definição da posição de Portugal nas questões relacionadas com a Política Europeia de Investimento (Acordos de Comércio Livre com Capítulos de Proteção de Investimento; Acordos de Investimento da UE com Países Terceiros; Acordos de Investimento dos Estados-membros da UE).	R	A DPCE contribuiu para a definição da posição de Portugal nas questões relacionadas com a Política Europeia de Investimento.
4	Assegurar, sempre que possível, a Delegação Nacional no Comité do Comércio e no Comité do Investimento da OCDE e representar o ME nas reuniões do Grupo de Trabalho do Comité do Comércio e do Grupo de Trabalho do Investimento; elaboração atempada de relatórios com propostas de follow-up.	R	A DPCE assegurou a Delegação Nacional nos Comités do Comércio e do Investimento da OCDE e representou o ME nas reuniões dos Grupos de Trabalho do Comité do Comércio e do Investimento, elaborando os relatórios com propostas de <i>follow-up</i> .

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
	Coordenação da elaboração de informação sobre Portugal constante da base de dados do Índice de Restritividade no Comércio de Serviços (STRI) da OCDE.	R	A DPCE coordenou a elaboração de informação sobre Portugal constante da base de dados do Índice de Restritividade no Comércio de Serviços (STRI) da OCDE.
5	Definir e defender a posição de Portugal, assegurando a titularidade nos seguintes Comitês da Comissão: Comité Anti-Dumping (AD), Comité Anti-Subvenções (AS), Comité de Salvaguardas (CS), Comité do Regulamento sobre Entraves ao Comércio (REC); Comité Consultivo e de Regulamentação SPG; Comité Têxtil e Comité Consultivo de Acesso ao Mercado. Elaboração atempada de relatórios com medidas de follow-up.	R	A DPCE definiu a posição de Portugal, assegurando a titularidade vários Comitês da Comissão e a elaborar os relatórios com medidas de <i>follow-up</i> .
6	Definir e defender a posição de Portugal no que respeita às implicações do Tratado de Lisboa no processo de decisão (comitologia) dos Instrumentos de Defesa Comercial (IDC) e de Ajuda ao Desenvolvimento (SPG), efetivada através dos Regulamentos Trade Omnibus I e II.	R	A DPCE definiu e defendeu a posição de Portugal no que respeita às implicações do Tratado de Lisboa no processo de decisão (comitologia) dos Instrumentos de Defesa Comercial (IDC) e de Ajuda ao Desenvolvimento (SPG).
7	Elaborar contributos e/ou pareceres para a implementação do novo Regulamento do SPG. Definir e defender a posição de Portugal assegurando a titularidade do Comité das Preferências Generalizadas e do Grupo de Peritos do SPG.	R	A DPCE elaborou contributos sobre a implementação do novo Regulamento SPG e assegura a titularidade do Comité respetivo.
8	Elaborar contributos e/ou pareceres sobre a implementação da estratégia UE de acesso ao mercado.	R	A DPCE elaborou contributos sobre a implementação da estratégia UE de acesso ao mercado.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
9	Elaborar Informações, contributos e/ou pareceres sobre as propostas apresentadas relativas às negociações de Acordos da UE com países terceiros (acordos de comércio livre - FTA, acordos de comércio livre aprofundados - DCFTA, de associação - AA, de parceria económica- APE, de parceria e cooperação - APC), tendo presente os interesses nacionais identificados, em matéria de comércio de mercadorias, comércio de serviços e comércio eletrónico, investimento, concorrência, facilitação do comércio, IDC e desenvolvimento sustentável (ambiente e questões sociais).	R	A DPCE elaborou contributos sobre as propostas apresentadas relativas às negociações de Acordos da UE com países terceiros.
10	Elaborar informações, contributos e/ou pareceres sobre as propostas apresentadas no âmbito das negociações ou renegociações de Acordos das Organizações Internacionais de Produtos de Base .	R	A DPCE acompanhou as propostas apresentadas no âmbito das negociações ou renegociações de Acordos das Organizações Internacionais de Produtos de Base (OIPB).
11	Elaborar informações, contributos e/ou pareceres sobre as propostas apresentadas no âmbito da implementação da Iniciativa das Matérias-primas, da Comissão Europeia, nomeadamente no que respeita ao 1º pilar desta Iniciativa (acesso às matérias-primas no mercado mundial sem distorções)	R	A DPCE acompanhou as propostas apresentadas no âmbito da implementação da Iniciativa das Matérias-primas, da Comissão Europeia
12	Coordenar, emitir pareceres e elaborar contributos para fundamentar a posição do ME na agenda de comércio internacional - OMC, OCDE e UNCTAD - , nas áreas do comércio de mercadorias, comércio de matérias primas e de produtos de base; comércio de serviços e comércio eletrónico, comércio e desenvolvimento, regras, investimento, facilitação do comércio, comércio e ambiente, concorrência, mercados públicos, normas sociais/laborais, litígios comerciais, regulamentação interna, regras GATS e novas adesões à OMC. Elaboração atempada de relatórios com medidas de follow-up.	R	A DPCE coordenou e elaborou contributos para fundamentar a posição do ME na agenda de comércio internacional, nas diferentes organizações internacionais e sobre as várias áreas do comércio internacional.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
13	A DPCE continua a elaborar contributos para as pastas de apoio à Tutela, em matéria de comércio internacional, tendo em vista a participação nas reuniões informais de Ministros de Comércio da UE, na Conferência Ministerial da OMC, na Conferência Euromed de Ministros do Comércio e nas reuniões do Conselho de Ministros e do Comité Executivo em Sessão Especial da OCDE.	R	A DPCE elaborou contributos para as pastas de apoio à tutela, em matéria de comércio internacional, tendo em vista a participação em reuniões realizadas em diversos fora. Preparou e participou na Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Bali (2 a 7 dezembro), tendo acompanhado os Membros do Governo presentes nessa Conferência .
14	Elaborar informações, contributos e/ou pareceres, tendo em vista as reuniões anuais do "Trade Development Board" e outros trabalhos em curso em sede das Comissões da UNCTAD e outros organismos especializados das Nações Unidas.	R	A DPCE elaborou contributos para as reuniões do "Trade Development Board" e outros trabalhos em curso na UNCTAD e outros organismos das Nações Unidas.
15	Contactar diversas entidades (Organismos, Agências, Associações empresariais e outros Agentes económicos) para definir a posição nacional a defender na agenda de comércio internacional, nas instâncias comunitárias, na OMC, OCDE e UNCTAD.	R	A DPCE continuou a contactar entidades para definir a posição nacional a defender na agenda de comércio internacional, nas instâncias da UE, OMC, OCDE e UNCTAD.
16	Contactar as partes interessadas nos processos anti-dumping, anti subvenções e salvaguardas (advogados, industriais dos diversos sectores, representantes de Associações de produtores /utilizadores/consumidores) sobre as questões mais pertinentes, visando a defesa do interesse nacional identificado.	R	A DPCE continuou a contactar as partes interessadas nos Instrumentos de Defesa Comercial, sobre as questões mais pertinentes, visando a defesa do interesse nacional identificado.
17	Esclarecimento e/ou resolução, com carácter pontual, sobre questões de natureza económica colocadas por associações e empresas ou outras entidades.	R	A DPCE continuou a esclarecer e resolver questões de natureza económica, colocadas por associações e empresas ou outras entidades.
18	Informar as Associações e Empresas de publicação no JOUE de resultados no âmbito dos IDC e do SPG de informações relevantes neste âmbito.	R	A DPCE continuou a informar as Associações e Empresas de publicação no JOUE de resultados no âmbito dos IDC e do SPG.
19	Elaborar e divulgar a Newsletter dos IDC junto dos operadores económicos (Associações e empresas) e no site da DGAE.	CA	Foi decidido cancelar, por falta de tempo disponível, a elaboração da Newsletter dos Instrumentos de Defesa Comercial
20	Atualização permanente das "Bases de Dados": Dumping, Subvenções, REC, casos IDC de países terceiros contra a UE e casos IDC no TJUE.	R	A DPCE continuou a atualizar as "Bases de Dados relativas aos IDC.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
21	Atualizar a "Base de Dados" <i>website</i> DGAE em matéria de Barreiras ao Comércio.	R	A DPCE começou a atualizar a "Base de Dados" <i>website</i> DGAE em matéria de Barreiras ao Comércio.
22	No âmbito dos objetivos fixados: fichas de informação sobre temas de comércio internacional, bem como sobre o relacionamento de Portugal e da UE com países terceiros; elaboração de contributos ou respostas a pedidos não planeados da Hierarquia.	R	A DRBM atualizou a informação das suas Fichas Institucionais sobre Cooperação Institucional Económica com Países Terceiros, para uma larga variedade de países.
23	Elaborar pastas de apoio no quadro da preparação de encontros e visitas oficiais (com ou sem participação direta da DGAE).	R	A DRBM coordenou a elaboração de pastas de apoio para diversas visitas oficiais e encontros bilaterais da Tutela, nomeadamente: Reino Unido (MEE), Canadá (MEE), Panamá (SEAEDR), Colômbia (MEE), Timor, Austrália e Nova Zelândia (SEEN), Espanha (MEE), Singapura (MEE), Japão e México (MEE, à margem da Ministerial OCDE), Japão (SEECI), Angola e Moçambique (MEE e ME), Suécia (ME), México (SEAE), Reino Unido (ME), Rússia (ME), Qatar e Emirados Árabes Unidos (VPM), EUA (ME).
24	Preparar e participar em reuniões de coordenação intra ME, com Embaixadas (Estados-membros UE e países terceiros) e outras entidades públicas e privadas, bem como em reuniões interministeriais promovidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.	R	A DRBM preparou a participação da DGAE em reuniões bilaterais com Hong-Kong (9 de janeiro), Rússia (18 de abril), Singapura (15 de maio), China (11 de julho) e África do Sul (25 de setembro), com diversas Embaixadas (Reino Unido, França, Costa Rica, Argélia, Tunísia, Japão, Rússia, Ucrânia, China), empresas (Brisa, Coba, Teixeira Duarte) e Câmaras de Comércio (Árabe-Portuguesa), bem como em reuniões interministeriais no MNE.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
25	Preparar e participar em reuniões das Comissões Mistas, previstas nos Acordos de Cooperação Económica, e em Grupos de Trabalho de Altos Funcionários (elaboração da agenda, preparação de notas de enquadramento e tópicos de intervenção, elaboração e negociação da Ata conjunta).	R	A DRBM preparou a participação da DGAE na 3.ª reunião do Grupo de Trabalho Luso-Argelino (Argel, 17 de fevereiro) e na 1.ª reunião do Comité Misto Luso-Argelino de Obras Públicas (Argel, 7 e 8 de julho), participou nas Mesas de Trabalho sectoriais no âmbito da VIII Comissão de Acompanhamento Portugal-Venezuela (Lisboa, 18 de junho), participou na 2.ª Comissão Mista Portugal-Macau (Lisboa, 26 de setembro), e na reunião com a Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, equiparada a Comissão Mista (Lisboa, 11 de novembro).
26	Preparar, nas áreas de competência do ME, Cimeiras e reuniões bilaterais de alto nível, incluindo Subcomissões Económicas e o Grupo de Contacto Luso-Espanhol (elaboração da agenda, preparação de notas de enquadramento e tópicos de intervenção, contribuição para a Declaração Conjunta).	R	A DRBM coordenou a preparação da visita do Ministro da Indústria da Argélia (8-10 de abril), coordenou a elaboração de pastas de apoio para diversas Reuniões Ministeriais Sectoriais realizadas à margem da XXVI Cimeira Luso-Espanhola (Madrid, 13 de maio), participou na 2.ª reunião da Subcomissão de Economia Luso-Cabo-verdiana (Lisboa, 18 de junho) e elaborou um contributo para a Declaração Final da XI Cimeira Luso-Brasileira (Lisboa, 10 de junho).
27	Elaborar e negociar propostas e pareceres no âmbito do desenvolvimento do relacionamento económico externo, incluindo as áreas das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Acordos Bilaterais, Termos de Referência para Grupos de Trabalho, Memorandos de Entendimento e outros instrumentos jurídicos de cooperação económica).	R	De entre os instrumentos bilaterais cuja negociação a DRBM acompanhou ou coordenou, destacam-se: Acordos de Cooperação Económica, Protocolos de Cooperação e Memorandos de Entendimento (Consumidor, Energia, Turismo, TIC, Transportes, Infraestruturas Rodoviárias, Comunicações, entre outros).
28	Preparar a participação de representantes governamentais em reuniões ministeriais da área ME, nomeadamente no âmbito da Cimeira Ibero-Americana e da CPLP, entre outros espaços multilaterais.	R	A DRBM elaborou pasta de apoio para a participação da Tutela na VI Reunião Ibero-americana de Ministros da Economia e Finanças (Panamá, 26 de junho). Quanto à CPLP, não se registaram eventos Ministeriais na área económica em 2013.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
29	Coordenar a preparação e participar, sempre que se justifique, nas reuniões e outras atividades desenvolvidas ao nível da Cimeira Ibero-Americana e da CPLP, entre outros espaços multilaterais, nas áreas de competência do ME.	R	Apenas a registar a participação da DRBM, em representação da DGAE, na Reunião de Pontos Focais Sectoriais de Cooperação no âmbito da CPLP (CICL, 18 de fevereiro).
30	Preparar e participar nas reuniões realizadas no âmbito do Fórum para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau).	R	A DRBM preparou a participação da DGAE, enquanto Ponto Focal, na 8.ª reunião ordinária do Secretariado Permanente do Fórum Macau (10 de abril), e na 4.ª Conferência Ministerial do Fórum (5-6 de novembro), tendo elaborado uma pasta de apoio para o Sr. SEIIC.
31	Coordenar a participação portuguesa em ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Atividades do Fórum Macau.	R	A DRBM promoveu a divulgação e a participação de representantes de Portugal nos 3 Colóquios organizados pelo Secretariado Permanente do Fórum Macau em 2013 para os Países de Língua Portuguesa (Indústrias de Proteção Ambiental; Turismo e Indústria de Convenções e Exposições; Gestão de Empresas Comerciais).
32	Divulgar informação relevante aos organismos do Ministério, quer na vertente das relações bilaterais, quer na vertente económica das relações externas da UE.	R	Sempre que considerado útil, a DRBM promoveu a difusão de informação junto dos organismos do ME, por exemplo no que respeita às Declarações Finais de eventos de alto nível.
33	Elaborar pareceres sobre temas de competência do ME, ao nível das relações bilaterais e da vertente económica das relações externas da UE.	R	A DRBM elaborou pareceres sobre instrumentos jurídicos na área económica, comentários a projetos de agenda, Planos de Ação e Declarações Finais, entre outros contributos.
34	Acompanhar o programa anual de cooperação para o desenvolvimento do ME, incluindo o apuramento da respetiva execução física e financeira, e divulgar informação sobre a política de cooperação para o desenvolvimento aos organismos do ME.	R	A DRBM procedeu ao apuramento e compilação da informação sobre projetos enquadráveis na APD, desenvolvidos pelos organismos do ME em 2012, para transmissão ao CICL (20 e 25 de fevereiro).
35	Preparar e participar nas reuniões da Comissão Interministerial para a Cooperação e em outras reuniões de coordenação nesta matéria, organizadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.	T	Não se realizaram reuniões da CIC em 2013.
36	Preparar e participar nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Mecanismo das Multilaterais Financeiras.	R	A DRBM preparou a participação da DGAE na 5.ª reunião da Comissão de Acompanhamento do Mecanismo das Multilaterais Financeiras (AICEP, 25 de janeiro).

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
37	Participar em eventos nacionais e internacionais de carácter económico (incluindo as áreas das Obras Públicas, Transportes e Comunicações), e preparar a participação da DGAE nestas iniciativas.	R	A DRBM participou em diversas Conferências e Seminários, sobre temas relacionados com as suas áreas de atividade.
38	Contribuir para a atualização e manutenção do site da DGAE.	T	No que respeita às matérias da DRBM, não foi atualizada informação para o site da DGAE.
39	Assegurar a gestão corrente do material necessário para a DSCI.	R	
40	Apoiar as Divisões na preparação de pastas de apoio para a Tutela.	R	
41	Manter permanentemente atualizado o arquivo da DSCI.	R	

#### AUTOAVALIAÇÃO PELA DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DAS RELAÇÕES BILATERAIS E MULTILATERAIS (DSCI)

**Vertente Comércio Internacional:** durante o ano de 2013, para além das atividades correntes que consta do Mapa de Atividades, teve uma grande participação no acompanhamento das reuniões e na definição da posição nacional, no que se refere à negociação de vários Acordos de Comércio Livre (ACL) entre a União Europeia e países terceiros, em particular, no ACL com o Canadá, Japão, Singapura e Estados Unidos da América.

Preparou, em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, os elementos de apoio para os Membros do Governo que participaram na Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, que teve lugar, em Bali, Indonésia de 3 a 7 de dezembro de 2013, na qual a DGAE também participou.

Assegurou a Delegação Nacional nos Comités do Comércio e do Investimento da OCDE e representou o Ministério da Economia (ME) nas reuniões dos Grupos de Trabalho do Comité do Comércio da OCDE. Assegurou, ainda, as diversas reuniões de Grupos de Peritos da Comissão Europeia, em Bruxelas, nomeadamente sobre: Política Europeia de Investimento (Regulamento *Grandfathering*, Regulamento de Responsabilidade Financeira, *Umbrella Clause*), negociação sobre comércio de serviços, Acordo de Parceria de Comércio e Investimento EU/EUA, etc..

Teve papel fundamental, quer na coordenação, quer na elaboração de informação sobre Portugal constante da base de dados do Índice de Restritividade no Comércio de Serviços (STRI) da OCDE.

Do mesmo modo, definiu e defendeu a posição de Portugal no que respeita às implicações do Tratado de Lisboa no processo de decisão (Comitologia) dos Instrumentos de Defesa Comercial (IDC) e de Ajuda ao Desenvolvimento (SPG).

Vertente bilateral: coordenou a elaboração de pastas de apoio para diversas visitas oficiais e encontros bilaterais da Tutela, conforme referido no Mapa de Atividades.

Sublinha-se, no entanto, a preparação e participação, enquanto Ponto Focal, na 8.ª reunião ordinária do Secretariado Permanente do Fórum Macau (10 de abril), e na 4.ª Conferência Ministerial do Fórum (5-6 de novembro), tendo elaborado uma pasta de apoio para o Sr. SEIIC.

Promoveu, também, a divulgação e a participação de representantes de Portugal nos 3 Colóquios organizados pelo Secretariado Permanente do Fórum Macau em 2013 para os Países de Língua Portuguesa (Indústrias de Proteção Ambiental; Turismo e Indústria de Convenções e Exposições; Gestão de Empresas Comerciais).

## QUADRO XX ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELA ASESSORIA À DIREÇÃO (ASSDIR)

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
1	Elaboração, monitorização e acompanhamento do QUAR da DGAE	R	Foi feita a monitorização do QUAR da DGAE respeitante a 2013 e preparado e submetido à aprovação o QUAR de 2014.
2	Elaboração do plano e relatório de atividade da DGAE	R	Foi elaborado o Relatório de Atividades do ano de 2012 e o Plano de Atividades para 2014.
3	Preparação das Comissões de Investimento do FMC, bem como a elaboração das respetivas atas.	T	Transitou para a DSCD.
4	Preparação dos documentos necessários para apreciação no CCA, no âmbito do SIADAP 2 e 3	R	Foram preparados os documentos para apreciação do Conselho Coordenador da Avaliação, no âmbito do SIADAP 2 e 3, para o biénio de 2013/14.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
5	Harmonização dos procedimentos relativos ao processo de avaliação do SIADAP 2 e 3, bem como centralização das fichas de avaliação e posterior envio para a Secretaria-Geral do ME	R	Foi feita iniciado o processo de harmonização referente ao processo de avaliação, como a contratualização dos parâmetros, resultados e competências dos trabalhadores da DGAE.
6	Gestão dos procedimentos relacionados com o processo de seleção/recrutamento dos técnicos superiores diplomados enviados pelo INA no âmbito do CEAGP	R	Durante o ano de 2013 foi feita a seleção de 6 técnicos superiores diplomados pelo CEAGP que ingressaram na DGAE, após a conclusão do respetivo período experimental; Por outro lado, foi a feita o levantamento de necessidade para os candidatos que irão concluir a 15.ª edição do curso.
7	Elaboração de despachos internos.	R	Em 2013 foram elaborados 77 despachos internos.
8	Apoio à Direção na Elaboração de Informações e Pareceres	R	Elaboração de Pareceres e Informações em diversos domínios com especial enfoque nos auxílios de Estado nomeadamente no sentido de dar resposta a solicitações da Tutela.
9	Atualização permanente do Mapa de Pessoal da DGAE	R	Foi efetuada, com periodicidade mensal, a atualização do Mapa da pessoal da DGAE.
10	Procedimentos concursais para Dirigentes e Trabalhadores,	R	Não obstante não dispor de uma unidade orgânica específica para o acompanhamento dos recursos humanos, foram lançados, durante o ano de 2013, 3 procedimentos concursais, tendo dois deles resultado na ocupação de posto de trabalho e o restante não chegou a ter opositores, não tendo tido seguimento por esse motivo.
11	Acompanhamento da execução orçamental da DGAE.	R	Foi feito o acompanhamento mensal da execução orçamental da DGAE com base nos elementos fornecidos pela SG/ME.
12	Representação da DGAE nas Assembleias Gerais do CEDINTEC.	R	A DGAE esteve representada nas duas Assembleias Gerais do CEDINTEC que se realizaram em 2013.
13	Reuniões do Conselho Fiscal do CEDINTEC	CA	Durante o ano de 2013, a DGAE não fez parte do Conselho Fiscal do CEDINTEC

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
14	Elaboração de projetos de diploma de natureza legal ou regulamentar;	R	Foram elaborados pela assessoria jurídica os seguintes diplomas legais: projeto de revisão do Sistema da Indústria Responsável (SIR) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012; projeto de diploma relativo ao seguro de responsabilidade civil extracontratual previsto no SIR; foram ainda elaborados pela assessoria jurídica dois projetos de regulamentos internos e um extenso conjunto de despachos da Direção, na área da gestão interna da DGAE.
15	Formulação de pareceres sobre projetos de diploma elaborados na DGAE ou sobre quais esta é chamada a pronunciar-se sob solicitação externa	R	Foram formulados, sob solicitação externa, pareceres sobre vários projetos de diploma, dos quais se destacam: a revisão do Regime Jurídico das Práticas Restritivas de Comércio (PIRC); diploma que altera o regime jurídico da edificação e urbanização (RJUE); diploma que aprova o regime de regularização das atividades económicas; diploma que aprova o novo regime de avaliação de impacte ambiental; Foi prestado apoio jurídico à elaboração pela DGAE do projeto de diploma relativo à colocação no mercado de matérias fertilizantes.
16	Formulação de pareceres sobre questões jurídicas relacionadas com a interpretação de diplomas legais cuja aplicação ou acompanhamento é da responsabilidade da DGAE	R	Foi dada resposta a questões jurídicas relacionadas com a interpretação de vários diplomas, designadamente: Decreto-Lei n.º 21/2009 ( autorizações comerciais), Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012 e Decreto-Lei nº 113/93 (alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 4/2007- produtos de construção). Foram, ainda, elaborados pareceres jurídicos solicitados pelas Unidades Orgânicas em matéria de construção naval, benefícios fiscais à indústria mineira, entre outros.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
17	Apoio jurídico aos grupos de trabalho internos responsáveis pela preparação ou implementação de instrumentos de política legislativa ou regulatória de atividades económicas	R	Foi prestado apoio jurídico ao grupo de trabalho interno responsável pela elaboração dos projetos de portaria relativos aos elementos instrutórios de procedimentos SIR e à definição dos requisitos constitutivos das Zonas Empresarias Responsáveis (ZER), bem como ao grupo de trabalho interno responsável pelo dossiê SIGRE (Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens).
18	Apoio jurídico ao grupos de trabalho interministeriais onde a DGAE se ache representada nos aspetos relacionados com a execução de instrumentos de política pública direcionados para a desmaterialização e simplificação de procedimentos em matéria de licenciamento das atividades económicas.	R	Foi prestado apoio jurídico ao Grupo de Trabalho Desmaterialização, no contexto da revisão do Sistema Indústria Responsável (SIR); Foi também prestado apoio jurídico ao Grupo de Trabalho Padronização, no quadro da preparação do conteúdo de algumas das licenças padronizadas no domínio do licenciamento industrial produzidas por este grupo de trabalho.
19	Eco Inovação: Ponto Focal Nacional para a Eco Inovação no âmbito do CIP-UE incluindo a participação nas iniciativas da Comissão da UE neste domínio e respetiva dinamização a nível nacional; Participação nas atividades da Comissão no âmbito do Plano de Ação da UE em matéria de Eco Inovação e acompanhamento dos fora da UE neste âmbito, tais como o Grupo de Alto Nível e o <i>Forum Multistakeholder</i> .	T	Assunto transferido para a DSPSS.
20	Eco Inovação: Participação na elaboração do Plano Nacional de Ação para a Eco Inovação e atividades conexas de implementação.	T	Assunto transferido para a DSPSS.
21	Eco Inovação: Participação como perito externo no Projeto ECOPOL (Parceria Europeia).	T	Assunto transferido para a DSPSS.
22	Eco Inovação: Participação nos trabalhos da OCDE em matéria de Crescimento Verde e Eco Inovação.	T	Assunto transferido para a DSPSS.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
23	RSE - Responsabilidade Social das Empresas: Participação na implementação da Estratégia da UE em matéria de RSE incluindo designadamente a participação no Grupo de Alto nível sobre RSE e fora conexos, incluindo iniciativas dos Estados -membros no quadro da troca de experiências e boas práticas (eg: Espanha).	T	Assunto transferido para a DSPSS.
24	RSE - Responsabilidade Social das Empresas: Participação na elaboração da resposta nacional em matéria de instrumento de política pública (Plano Nacional para a RSE incluindo a componente Empresas e Direitos Humanos) e a correspondente implementação no quadro dos fora a serem criados para o efeito. Participação nos trabalhos do GT-Empresas e Direitos Humanos da Comissão Nacional de Direitos Humanos.	T	Assunto transferido para a DSPSS.
25	RSE - Responsabilidade Social das Empresas: Acompanhamento das atividades da OCDE em matéria de implementação das Guias de Orientação para as Empresas Multinacionais e respetiva implementação a nível nacional.	T	Assunto transferido para a DSPSS.
26	SIR - Sistema da Indústria Responsável: Neste âmbito estima-se a participação nas atividades de implementação do SIR, incluindo designadamente, em matéria de elaboração das Licenças Padronizadas Integradas e no procedimento de Acreditação de Entidades.	T	Assunto transferido para a DSI.
27	Plano Nacional Contra a Violência Doméstica: Execução da Medida 6.	T	Assunto transferido para a DSPSS.
28	Realização das tarefas cometidas à DGAE em matéria de Plano para a Igualdade do ME. Ponto Focal da DGAE.	T	Assunto transferido para a DSPSS.

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
29	Elaboração de Pareceres nos domínios da legislação da EU e a nível nacional nos domínios do Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Ordenamento do Território, Energia, Alterações Climáticas, Competitividade e Crescimento Verde, entre outros. Elaboração de contributos para os respetivos Conselhos da UE e foras da OCDE e NU.	R	Acompanhamento dos processos de alteração da legislação comunitária, promovendo o contributo dos organismos do ME a integrar na posição portuguesa em reuniões multilaterais em matéria de auxílios de Estado; Participação em reuniões bilaterais entre as autoridades portuguesas, a REPER e a Comissão Europeia em dossiês relevantes para o ME.
30	Participação na CCPCIP - Comissão Consultiva para a Prevenção e Controlo Integrados da Poluição e seguimento dos trabalhos conexos de elaboração dos documentos de referência das MTD e foras da UE.	T	Assunto transferido para a DSPSS.
31	Participação na CNTMP- Comissão Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas	T	Assunto transferido para a DSI.
32	Participação no GT-SNIERPA - Sistema Nacional de Inventário de Emissões Antropogénicas por Fontes e Remoção por Sumidouros de GEE.	T	Assunto transferido para a DSPSS.
33	Participação na Comissão Consultiva do IPAC-Instituto Português de Acreditação	T	Assunto transferido para a DSI.

**QUADRO XXI**
**ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELA ASESSORIA À DIREÇÃO (ASSDIR)**

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
1	Relatório de Implementação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2013	R	Elaboração do Relatório de Implementação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2013
2	Plano de Corrupção do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas para 2014	R	Elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2014
3	Comité Consultivo Peritos Auxílios de Estado	R	Participação em reuniões em Bruxelas em representação do ME

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
4	Promover as candidaturas a ações de formação, a recolha de necessidades e divulgação de ações de formação	R	Foi feita a divulgação e a recolha de necessidades de formação, realizadas inscrições para 9 ações de formação com certificação, assim como de <i>workshops</i> realizados internamente

#### AUTOAVALIAÇÃO PELA ASSESSORIA À DIREÇÃO (ASSDIR)

Durante o ano de 2013, verificou-se uma alteração na filosofia de funcionamento da Assessoria à Direção que passou a ter assuntos específicos de apoio à Direção ou assuntos transversais à organização. Ou seja, todos os dossiês que cabiam nas atribuições das diversas Unidades Orgânicas passaram para os respetivos serviços. Daí que, como se pode constar no mapa de atividades, houve um conjunto de assuntos (acompanhados, no passado, por alguns assessores) que transitaram para as correspondentes Direções de Serviço.

Assim, as atividades da ASSDIR concentram-se na preparação do Plano de Atividades e do QUAR, na elaboração do Relatório de Atividades e monitorização do QUAR, no acompanhamento dos assuntos financeiros e de recursos humanos de todos os trabalhadores da DGAE, incluindo a formação, assim como na elaboração de pareceres jurídicos e na preparação de legislação. De realçar também a elaboração do Relatório de Implementação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2013 e do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2014, que não tinham sido previstos no Plano de Atividades.

#### QUADRO XXII ATIVIDADES PREVISTAS, REALIZADAS PELO NÚCLEO DE APOIO TRANSVERSAL (NAT)

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
1	Assessoria à Direção	R	Atividade realizada com regularidade

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12/2013
N.º	Descritivo		
2	Coordenação do NAT: expediente, receção, atendimento e respetivos colaboradores.	R	Em 2013, procedeu-se à entrada e registo de 50.254 documentos
3	Contribuir para ações potenciadoras da sustentabilidade: diminuição dos desperdícios e redução de consumos de economato, consumíveis de impressão e outros fornecimentos	R	Atividade realizada com regularidade
4	Promover as candidaturas a ações de formação, a recolha de necessidades e divulgação de ações de formação	T	Transferida para a ASSDIR
5	Acompanhamento das ações no âmbito da prestação centralizada de serviços	R	Atividade realizada com regularidade
6	Assegurar a logística, a gestão do arquivo geral, do economato e do parque de estacionamento	R	Atividade realizada com regularidade
7	Acompanhamento da prestação de serviços externos- manutenção, limpeza, segurança	R	Atividade realizada com regularidade

**QUADRO XXIII**  
**ATIVIDADES NÃO PREVISTAS, REALIZADAS PELO NÚCLEO DE APOIO TRANSVERSAL (NAT)**

Atividades		Níveis de realização	Ponto de situação em 31/12
N.º	Descritivo		
1	Efetuar o levantamento de documentação ultrapassada proveniente do arquivo morto	R	Foi enviado para a reciclagem aproximadamente 12.070 kgs. de papel
2	Efetuar o abate de móveis em mau estado	R	Realizaram-se 80 abates
3	Efetuar o abate de computadores avariados	R	Realizou-se o abate de 164 equipamentos
4	Efetuar o abate de impressoras, <i>scanners</i> e fax inutilizados	R	Realizou-se o abate de 78 equipamentos

5	Efetuar o abate de monitores inutilizados	R	Realizou-se o abate de 174 monitores
6	Efetuar o abate de ups e outros equipamentos obsoletos.	R	Realizaram-se 33 abates

Das 290 atividades ou projetos previstos no Plano de Atividades de 2013, realizaram-se 229, como se pode verificar no quadro XXIV, o que corresponde a uma taxa de realização de 79%. As atividades não realizadas atingiram os 9%, enquanto transitaram de serviço cerca de 8% das atividades e foram canceladas 3%. Para além das atividades previstas, realizaram-se, ainda, 42 atividades que não tinham sido previstas no Plano de Atividades.

**Quadro XXXIV - Nível de realização das atividades previstas**

Serviço	Nível de realização				TOTAL
	R	NR	T	CA	
DSI	53	4	2	1	60
DSCD	28	2	5	3	38
DSPSS	38	17	1	0	56
DSICE	30	3	0	2	35
DSCAEI	18	0	0	1	19
DSCI	39	0	2	1	42
ASSDIR	17	0	15	1	33
NAT	6	0	1	0	7
<b>TOTAL</b>	<b>229</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>9</b>	<b>290</b>

#### *2.4 Análise das causas de incumprimento de atividades ou projetos não executados ou com resultados insuficientes*

Como se viu no ponto anterior, apenas 9% das atividades não foram realizadas, mas a sua não realização não teve impactos nos objetivos que haviam sido previstos no QUAR.

Um dos motivos para o incumprimento de um número significativo dessas atividades teve a ver com a falta de solicitações dirigidas aos serviços. Ou seja, eram atividades que dependiam de fatores exógenos aos serviços.

Outro dos motivos deveu-se à transição de algumas atividades para Direções de Serviço sem que os técnicos que as acompanhavam anteriormente tivessem passado informação suficiente para as mesmas poderem ser retomadas devidamente e em tempo oportuno.

Finalmente, houve um número mais restrito de atividades não realizadas por falta de recursos humanos.



## 2.5 Avaliação do sistema de controlo interno

Na avaliação do sistema de controlo interno será seguida a metodologia prevista no documento do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços, segundo a qual essa avaliação poderá ser efetuada através da resposta ao questionário contante do quadro XXV.

**QUADRO XXV – Avaliação do sistema de controlo interno**

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
<b>1 – Ambiente de controlo</b>				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			
<b>2 – Estrutura organizacional</b>				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?			X	É bienal. Só se realizará em 2014
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			33%
<b>3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço</b>				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?		X		
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?		X		
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			
<b>4 – Fiabilidade dos sistemas de informação</b>				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?			X	SG/ME
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?			X	SG/ME



Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?			X	SG/ME
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i> )?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e <i>software</i> está garantida?	X			

A DGAE, no âmbito da gestão partilhada dos serviços com a Secretaria Geral do Ministério da Economia, não tem serviços próprios para os assuntos de recursos humanos, financeiros e orçamentais, aquisição de bens e serviços e património.

Relativamente ao ponto 1.7, é importante referir que a DGAE recebeu em 2013 as conclusões de uma auditoria ao sistema de controlo interno efetuada pelo Tribunal de Contas em 2012, sobre as contas de 2011.

No que respeita à DGAE, a auditoria efetuou a seguinte recomendação: documentar a efetiva receção e aceitação dos bens e serviços adquiridos.

No que respeita à DGAE e à SG/ME, as recomendações da auditoria foram as seguintes:

- Providenciar para que seja elaborado o manual de procedimentos e de controlo interno;
- Proceder à atualização do inventário dos bens do imobilizado;
- Implementar procedimentos de forma a garantir que todas as receitas a que a DGAE tem direito, por via de serviços prestados, tenham expressão nas suas contas;
- Implementar procedimentos de forma a garantir a identificação de todas as receitas depositadas nas contas bancárias;
- Providenciar para que as despesas pagas no âmbito de projetos cofinanciados sejam classificadas pela fonte de financiamento adequada;
- Proceder à aplicação da remuneração remuneratória aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços, nos termos legais aplicáveis;
- Recorrer aos Acordos Quadro em vigor nas aquisições de bens e serviços ou, nos casos em que se justifique a dispensa, obter previamente autorização ministerial.

Sobre todas estas recomendações, em 2014, a DGAE, juntamente com a SG/ME atuará em conformidade para a respetiva adoção. Algumas dessas recomendações deram origem a determinados objetivos constantes do QUAR de 2014.

No que diz respeito aos pontos 3.7 e 4.1, deve ser referido que, no início do ano de 2013, estavam em funcionamento três sistemas de gestão documental. Um, o FORTIS, usado apenas por uma divisão, foi desativado. Um segundo, SIMEI, foi mantido para duas utilizações muito específicas – aprovação de pagamentos em projetos de apoio ao comércio, em ligação com o



IAPMEI e registo de dados referentes grandes superfícies comerciais (aplicação específica). Um terceiro, o GESCOR foi mantido e generalizado a toda a organização.

Com efeito, a existência de uma ferramenta eletrónica é extremamente importante para o registo e para a definição dos fluxos de informação e até de trabalho. Cientes dessa importância, durante o ano de 2013, foram dadas claras orientações aos serviços sobre a obrigatoriedade de utilização dessa ferramenta não só para o registo, mas também para a circulação de toda a correspondência entre os diversos intervenientes, ficando assim claramente identificadas as suas responsabilidades.

Considera-se que cabe ainda, neste ponto, fazer uma avaliação no domínio das instalações e do património.

Assim, juntamente com a SG/ME, finalizaram-se os procedimentos que levaram à assinatura do contrato de arrendamento das instalações da DGAE.

No respeito aos serviços de informática, estes também deveriam estar partilhados, mas, de facto, durante o ano de 2013, a DGAE continuou a ter serviços autónomos. Com vista a regularizar a partilha de serviços com a SG/ME iniciou-se o levantamento dos equipamentos, estruturas e processos.

Logo que a atual equipa dirigente iniciou funções, verificou-se que não havia uma ocupação otimizada do edifício onde a DGAE está instalada, sendo frequente que uma Direção de Serviços estivesse espalhada por mais de um andar. Ora, dada a área disponível do edifício, foi efetuada uma mais correta e racional distribuição, de modo a que cada Direção de Serviços ocupasse apenas um único piso.

Por outro lado, verificou-se que em todos os andares existiam equipamentos e peças de mobiliário obsoletos e sem qualquer utilização. Igualmente, nos arrumos do edifício foi encontrado muito equipamento com as mesmas características. Foi efetuada a recolha e solicitado o abate desses equipamentos no respetivo inventário.

De igual modo, nos diversos andares encontravam-se grandes quantidades de documentação que deveria estar em arquivo. O próprio arquivo estava repleto de documentação não classificada ou tratada, conforme estabelece a regulamentação sobre essa matéria.

Para a resolução deste problema, contratou-se uma empresa especializada que tratou de todo o arquivo e muita da documentação existente nos diversos andares. A mesma empresa forneceu uma proposta de regulamento.

No que se refere às instalações, apesar da sua qualidade acima da média, verificou-se que existiam falhas de segurança, tendo sido diligenciada junto do senhorio a introdução de gradeamento no rés-do-chão e no primeiro andar, pois, apenas pela quebra de vidros era possível entrar na DGAE. O reforço veio a ser efetuado pelo senhorio já em 2014, sem custos para a DGAE.



Ainda no capítulo da segurança, passou-se a identificar todas os visitantes entrados no edifício e estes passaram a ser sempre esperados e acompanhados por alguém dos serviços.

Também foi montada uma câmara de vídeo para que as viaturas entradas na garagem passassem a ser apenas as devidamente autorizadas.



## 2.7 *Audição das chefias intermédias e demais trabalhadores na autoavaliação*

Tendo em vista um melhor conhecimento interno da organização e considerando que a audição dos dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação do serviço é um dos requisitos previstos no n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, foi efetuado um inquérito de forma a aferir do seu grau de satisfação para com a organização, permitindo também identificar aspetos a corrigir no futuro.

Esse inquérito foi disponibilizado *on line*, durante o período de 2 a 8 de abril de 2013, com o apoio dos serviços da SG/ME, sendo preenchido também por essa mesma via acedendo à página eletrónica da DGAE. O inquérito só podia ser preenchido uma única vez e foi preservada a confidencialidade das respostas.

Pretendeu-se avaliar sete aspetos fundamentais:

- a) Satisfação global dos trabalhadores com a organização;
- b) Satisfação com a gestão e o sistema de gestão;
- c) Satisfação com as condições de trabalho;
- d) Satisfação com o desenvolvimento da carreira;
- e) Níveis de motivação;
- f) Satisfação com o estilo de liderança de topo e com a liderança de nível intermédio;
- g) Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços.

As respostas foram agrupadas em 5 níveis de satisfação: muito insatisfeito, insatisfeito, pouco satisfeito, satisfeito e muito satisfeito.

Verificaram-se 47 respostas (sendo 11 de dirigentes intermédios) correspondentes a 37% do universo abrangido pelo inquérito, o que se considera uma taxa de participação reduzida.

No quadro XXVI, apresenta-se um resumo das percentagens de respostas obtidas em cada um dos aspetos que foram submetidos à apreciação dos trabalhadores, verificando-se em todos eles que os resultados foram positivos, o que equivale a dizer que, na generalidade, os trabalhadores da DGAE estão satisfeitos com o desempenho da organização.

No inquérito, foi solicitado aos trabalhadores que identificassem uma ou duas sugestões ou ações que pudessem ser desenvolvidas na DGAE para melhorar o seu grau de satisfação. Neste ponto, apenas 7 trabalhadores, neles se incluindo um dirigente intermédio, apresentaram sugestões, sendo os temas mais referidos os seguintes:

- Introdução de estímulos ou recompensas, mesmo que não sejam financeiras;
- Maior envolvimento dos técnicos e das chefias intermédias nos processos de decisão;
- Realização de reuniões para melhorar a cultura da organização e visando um maior envolvimento dos trabalhadores nos objetivos da organização.

**QUADRO XXVI – Resultados apurados no inquérito de satisfação**

Dimensões de análise	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Pouco Satisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	NS/NR
1. Satisfação global dos trabalhadores com a organização	7,09%	8,27%	22,46%	30,26%	23,17%	8,75%
2. Satisfação com a gestão e o sistema de gestão	7,57%	9,69%	19,39%	32,15%	20,80%	10,40%
3. Satisfação com as condições de trabalho	5,32%	9,31%	18,35%	36,44%	19,68%	10,90%
4. Satisfação com o desenvolvimento da carreira	5,11%	9,79%	19,15%	40,85%	17,02%	8,09%
5. Níveis de motivação	0,43%	2,55%	14,04%	37,02%	39,15%	6,81%
6.1. Satisfação com o estilo de liderança de topo	10,64%	6,96%	16,63%	28,43%	26,69%	10,64%
6.2. Satisfação com o estilo de liderança	1,74%	4,64%	9,09%	36,56%	35,98%	11,99%
7. Satisfação com as condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços	0,71%	3,90%	18,79%	37,94%	29,08%	9,57%
<b>TOTAIS</b>	<b>5,35%</b>	<b>7,01%</b>	<b>16,95%</b>	<b>34,14%</b>	<b>26,53%</b>	<b>10,01%</b>

Os resultados do inquérito, apesar de muito positivos, assim como as sugestões apresentadas, revelam que há aspetos que ainda poderão ser aperfeiçoados para que a DGAE consiga melhorar o seu desempenho e aumentar o grau de satisfação de todos os que nela trabalham e, principalmente, de quem usufrui dos seus serviços.

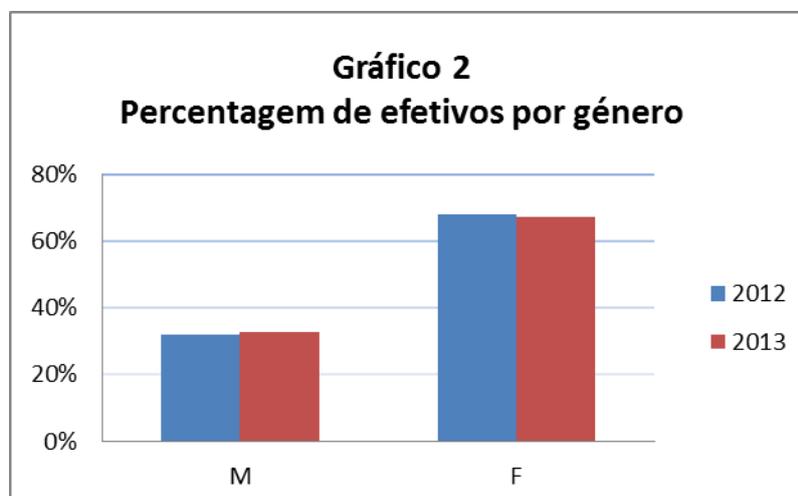
### III. BALANÇO SOCIAL

Nos dois quadros e nos dois gráficos seguintes apresenta-se uma síntese dos dados mais relevantes do Balanço Social de 2013 que constam do anexo IV.

Comparativamente com o ano anterior, não houve alterações significativas na questão do género: a percentagem de trabalhadoras continua a ser substancialmente superior à dos trabalhadores.

QUADRO XXVII – Efetivos por grupo de pessoal, segundo a modalidade de vínculo e género

Grupo/Modalidade de Vínculo/Género	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Especialista de Informática	TOTAL
Comissão de Serviço nos termos da LVCR	M	1	12					13
	F	1	9					10
CT em funções Públicas por tempo indeterminado	M			22	4	5	1	32
	F			55	22	2	3	82
Total de Efetivos	M	1	12	22	4	5	1	45
	F	1	9	55	22	2	3	92
	T	2	21	77	26	7	4	137





Também comparativamente com o ano de 2012, e na sequência da orientação que foi seguida em 2013, o número de trabalhadores nos escalões etários com idades inferiores é significativamente superior em 2013, apesar de os dois escalões onde se concentram maior número de trabalhadores continuarem a ser: 55-59 e 60-64.

**QUADRO XXVIII – Efetivos por grupo de pessoal, segundo o escalão etário e o género**

Grupo/Género/Escalão Etário	Género	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Especialista de Informática	TOTAL
até 20	M							0
	F							0
20-24	M							0
	F							0
25-29	M							0
	F			2				2
30-34	M			3				3
	F			7				7
35-39	M		2	2		1	1	6
	F			1				1
40-44	M		2	5				7
	F			9	3		1	13
45-49	M		1	1		2		4
	F		5	8	1			14
50-54	M		2	1		1		4
	F	1	4	5	3			13
55-59	M	1	1	2	4			8
	F		1	10	9	1	2	23
60-64	M		1	8				9
	F		2	12	6	1		21
65-69	M					1		1
	F			1				1
70 e mais	M							0
	F							0
Total	M	1	9	22	4	5	1	42
	F	1	12	55	22	2	3	95
	T	2	21	77	26	7	4	137

Isto significa que se iniciou um processo de renovação, mas como existe uma forte limitação no ingresso de trabalhadores na administração pública, esse processo não pode ser feito com a rapidez desejada.



**Gráfico 3**  
**Efetivos por escalão etário em 2012 e 2013**





## IV. AVALIAÇÃO FINAL

Ao longo do presente relatório, foram expressos os resultados da atividade global da DGAE durante o ano de 2013, que são muito mais amplos do que os que estão traduzidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização, o qual reflete os resultados dos objetivos considerados prioritários para o ano em causa.

Como foi anteriormente referido, os objetivos operacionais constantes do QUAR foram fixados pela anterior gerência e, pelas razões já expostas, entendeu-se que não seria razoável propor alterações ao conteúdo desse documento.

Além do mais, considerou-se que, se a atuação dos serviços se pautasse por critérios de exigência e rigor, em resultado dos novos métodos de trabalho que foram introduzidos ao longo do ano, esses objetivos seriam consideravelmente alcançados.

Foi isso que, de facto, veio a suceder. Dos cinco objetivos previstos no QUAR, quatro deles foram mesmo ultrapassados (objetivos 1, 2, 3 e 5) e um foi atingido (objetivo 4). Considera-se, porém, que, no futuro, os objetivos devem ser mais ambiciosos, exigindo dos serviços uma maior capacidade de resposta, mesmo que os resultados possam não atingir os níveis agora apresentados. Em simultâneo, seria desejável que os objetivos fossem mais precisos, de modo a ser facilmente identificado o que se pretende atingir.

O desempenho da DGAE não se esgotou nos resultados apurados no âmbito do QUAR, decorrendo também do nível de execução das atividades previstas no Plano de Atividades, em que se verificou um nível global de execução de 79%. Essa execução não foi, mesmo assim, superior devido a razões exógenas ao próprio organismo. Em contrapartida, realizou-se um número significativo de atividades que não tinham sido previstas. Essas duas situações (o nível de execução das atividades previstas e a realização de um número significativo de atividades não previstas) tiveram também a ver com a circunstância de terem ocorrido diversas alterações ao nível dos serviços, nomeadamente na estrutura dirigente, que teve repercussões na redefinição de algumas das prioridades.

As alterações não se circunscreveram à estrutura dirigente (não só na direção superior, como na direção intermédia, onde metade dos Diretores de Serviço foram substituídos) já que, ao nível dos Recursos Humanos, se verificou um número significativo de entradas e de saída de trabalhadores, o que causa sempre dificuldades aos serviços na passagem de dossiês. Também entre os que se mantiveram nos serviços houve a necessidade de reafetar alguns trabalhadores para melhorar a eficácia de determinadas Unidades Orgânicas. A este respeito, ter-se-á que destacar o facto de terem sido criados grupos de trabalhadores (internamente identificados como “task force”) para fazer face a atrasos que se verificavam no registo de



estabelecimentos nas áreas dos serviços e do comércio e que permitiram regularizar, em tempo relativamente reduzido comparativamente com o que vinha sucedendo, milhares de processos.

Cabe aqui uma palavra de reconhecimento a todos os trabalhadores da DGAE, sem os quais os resultados obtidos não teriam sido alcançados.

Os recursos financeiros colocados à disposição da DGAE foram geridos de forma exigente, tendo sido possível efetuar uma poupança de, aproximadamente, 469 mil euros.

Relativamente às audições, foi feito o inquérito de satisfação aos trabalhadores da DGAE com resultados positivos. Não foi possível, até porque não tinha sido prevista a sua realização, a audição dos destinatários dos serviços. Tendo noção da importância dessa situação e da necessidade da sua realização, esse passou a ser um dos objetivos da DGAE para 2014, inscrito no respetivo QUAR.

Em face do exposto, e tendo presente que em termos qualitativos foram cumpridos ou superados os objetivos constantes do QUAR e, do ponto de vista quantitativo, a taxa de concretização foi de 125%, a menção de desempenho proposta pelo dirigente máximo do serviço é de Bom.



